Financiando a Investigação Agropecuária e Florestal em Angola

FÓRUM DO FUTURO

Financiando a Investigação Agropecuária e Florestal em Angola

Dr. Geraldo Magela Callegaro
Eng. Agro., M. Sc. Economia Rural, Ph.D. Economia do Desenvolvimento

Dr. José Rente Nascimento,
Eng. Florestal, M. em Planejamento, e Ph.D. Economia de Recursos Naturais

Dr. Vitor Afonso Hoeflich,
Eng. Agro., Mestre e Doutor em Economia Agrícola

Série Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 2-2021.

Instituto Fórum do Futuro.

Brasília, D.F., 2021

AVISO LEGAL

Financiando a Investigação Agropecuária e Florestal em Angola

Série Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 2/2021

Autores:
Dr. Geraldo Magela Callegaro
Dr. José Rente Nascimento
Dr. Vitor Afonso Hoeflich

Citação: Callegaro Geraldo. Nascimento, José Rente e Vitor Afonso Hoeflich, 2021. Financiando a Investigação Agropecuária e Florestal em Angola. Série Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 2-2021. Brasília, D.F.: Instituto Fórum do Futuro.

O ***Instituto Fórum do Futuro*** *é um grupo de reflexão independente, voltado para o debate de questões estruturantes da sociedade brasileira, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Promove debates, realiza estudos, diagnósticos e antecipa cenários com foco na construção programática, que destaca e valoriza a plataforma da Ciência, da Pesquisa, da Tecnologia e da Inovação.*

www.forumdofuturo.org



Brasília, DF
2021

SUMÁRIO

ACRÔNIMOS E ABREVIAÇÕES

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AEC	Centros Agro – Ecológicos
APPSA	Programa de Produção Agrícola para África Austral
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BM	Banco Mundial, também BIRD
C&T	Ciência e Tecnologia
CC	Mudanças Climáticas
CCA	Adaptação às Mudanças Climáticas
CE	Comissão Europeia
CETAC	Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas
CGIAR	Grupo Consultivo para Investigação Agropecuária Internacional
CID	Centro de Investigação e Desenvolvimento
CPF	Quadro de Programação de Países da FAO
CTI	Comitê Técnico Investigação
DFID	Departamento de Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)
DNF	Direcção Nacional de Florestas
DPAPP	Departamento da Direcção Provincial de Agricultura, Pecuária e Pescas do Cunene
DVCC	Departamento de Vulnerabilidades e Mudança Climática
EIA	Avaliação de impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
ICE-SLM	Projecto Integração da mudança climática nas práticas ambientais e sustentáveis de gestão da terra
ID&I	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal
IIA	Instituto de Investigação Agraria
INIAP	Instituto Nacional de Investigação Agropecuária
IPV	Iniciativa Petróleo Verde

JICA	Agencia Japonesa de Cooperação Internacional
M&A	Monitoração e Avaliação (de projectos)
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (do Brasil)
MINAGRIF	Ministério de Agricultura e Florestas de Angola
MOSAP	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização
MRE	Ministério das Relações Exteriores (do Brasil)
NRM	Manejo de Recursos Naturais
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento (Japão)
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONGs	Organizações não-governamentais
PCT	Projecto de Cooperação Técnica
PDAC	Projecto de Desenvolvimento de Agricultura Comercial
PDC	Plano Director do Centro
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRIA	Programa de Reestruturação da Investigação Agrária
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
PSC	Comitê Diretor do Projecto
SAIF	Sistema Angolano de Inovação Florestal
SDE	Serviços de Desenvolvimento Empresarial
SLM	Manejo Sustentável da Terra
TCP	Projecto Cooperação Técnica da FAO
TdR	Termos de Referencia
TFCA	Lei de Conservação das Florestas Tropicais
TICAD-VI	Sexta Conferência Internacional de Tóquio sobre Desenvolvimento Africano
UGIPRIA	Unidade de Gestão e Implementação do Programa de Reestruturação da Investigação Agrária
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USD	Dólares Americanos
WEF	Fórum Econômico Mundial

AGRADECIMENTOS

Vários profissionais apoiaram a realização deste estudo. Abaixo nomeamos alguns deles pela destacada colaboração dada. Agradecemos:

Às Chefias da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Florestas, EMBRAPA Cerrados e da EMBRAPA Semiárido pela importante colaboração no fornecimento de publicações, dados e informações relevantes para a preparação deste relatório.

Ao Dr. Zacarias Sambeny, Coordenador da UGIPRIA (Unidade de Gestão e Implementação do Programa de Reestruturação da Investigação Agrária), pela orientação da missão no tocante às características do documento a ser elaborado.

Ao Dr. Domingos Panzo, Investigador do IIA (Instituto de Investigação Agraria) e Consultor Nacional da UGIPRIA pela paciente, pronta e competente assistência às missões dos Consultores Internacionais a Angola e às Províncias do Huambo e do Cunene.

Ao Engo. Nazaré, Director de Direcção Nacional de Agricultura, Pecuária e Floresta e ao Engo. Simão, Director do Instituto de Desenvolvimento Florestal - IDF, pelas bem estruturadas reuniões informativas sobre a actual situação do sector agropecuário e florestal de Angola.

À Dra. Maria T. Conceição, Investigadora e Chefe de Departamento do IIV, ao Dr. Tusevo Zacarias, Investigador Colaborador, IIV; ao Engo. António Davi, Investigador do IIA.

Ao Engo. Carlos José, Chefe do DPAPP (Departamento da Direcção Provincial de Agricultura, Pecuária e Pescas), Província do Cunene; ao Engo. Domingos Afonso Ndedica, Consultor Nacional da UGIPRIA; ao Engo. Pedro T. Tulitilem, Director da DPAPP, da Província do Cunene.

Ao Sr. Barnabé Nguli, Produtor na Estação do CAFU e Presidente da Baval Agro-Pecuária, Cunene; e ao Sr. Brigadeiro, Produtor e pecuarista, Estação Zootécnica do Cafu.

Aos Professores Alysson Paolinelli e Evaldo Vilela, respectivamente, presidente e Coordenador Científico do Instituto Fórum do Futuro e ao Sr. Fernando Barros, Gerente Executivo do mesmo instituto.

Enfim, a todos que prestaram assistência à missão ou apoio aos trabalhos durante a visita a Luanda e às Províncias do Huambo e do Cunene.

APRESENTAÇÃO

Financiamento suficiente para a investigação agropecuária e florestal em Angola é indispensável para que haja o avanço tecnológico, da competitividade, sustentabilidade e da equidade na agropecuária e no sector florestal do País, em benefício da sociedade angolana.

Cada Centro de Investigação e Desenvolvimento – CID, como parte de um sistema de pesquisa liderado pelo Instituto Nacional de Investigação Agropecuária – INIAP, tem que implementar programas e projectos abrangentes de geração e adaptação de tecnologias e inovações pautadas nos princípios do planeamento estratégico deste Instituto

Para a implantação de um sistema de pesquisa, Projectos de Implantação de cada CID e seus respectivos Planos Directores dos CIDs – PDC justificam suas criações, além de apresentar as linhas mestras de atuação frente aos desafios e oportunidades existentes para o aumento sustentado da produção e da produtividade das atividades produtivas agropecuárias e florestais, no contexto de cada Bioma do País.

A identificação de fontes de financiamento para a implantação dos CIDs e a realização das investigações busca disponibilizar recursos suficientes para a iniciar um processo de busca de resposta aos desafios tecnológicos enfrentados actualmente e nos próximos anos, para reverter a problemática existente no ambiente interno e para aproveitar as oportunidades do ambiente externo a nível nacional e internacional.

Este documento busca contribuir para viabilizar o sistema angolano de investigação agropecuárias e florestais ao identificar oportunidades e um repositório de fontes de financiamento potenciais que apoiem a criação, implantação e operação desse sistema.

Alysson Paolinelli
Presidente do Instituto Fórum do Futuro

Geraldo M Calegaro
Coordenador de consultores

Zacarias Sambeny
Coordenador, Unidade de Gestão e Implementação do
Programa de Reestruturação da Investigação Agrária – UGIPRIA

INTRODUÇÃO

Diante da escassez de divisas para financiar os investimentos requeridos para a contratação, manutenção e formação de recursos humanos e a reabilitação e construção de novas infraestruturas físicas dos CIDs, a Reorganização da Investigação Agropecuária e Florestal de Angola está a enfrentar o desafio de onde virão os recursos necessários para financiar tal empreendimento.

Como na maioria dos países, pelo menos nos primeiros anos da criação e consolidação de organizações de investigação agrária, segundo Contini et al, (1997), a grande parte dos recursos terá necessariamente de vir do Orçamento Geral do Estado – OGE. Claro que uma outra parte virá de fontes extra orçamentárias, mediante financiamentos de organismos internacionais bi e multilaterais e parcerias público privadas, tendo como moeda de troca, o compromisso de adaptação e geração de tecnologias para o aumento sustentável da produção e da produtividade de atividades agropecuárias e florestais das cadeias de valor do sector agrário.

Uma interessante revisão sobre oportunidades para mobilização de recursos preparada por uma equipa de investigadores da Embrapa, Contini et al., (1997), indicou que "o estudo analisa as perspectivas de financiamento da investigação agropecuária no Brasil. Discute conceitos teóricos que justificam a continuidade do investimento público nesta área. Analisa tendências recentes de gastos em C&T agropecuária no Brasil, realizados pelos Sistemas Estaduais e pela Embrapa, bem como suas fontes de financiamento. Apresenta experiências internacionais de como outros institutos similares e universidades financiam e aplicam os recursos financeiros na pesquisa. A título de exemplo, discutem-se dois casos de captação de recursos por parte de centros de investigação da Embrapa. Conclui pela necessidade de o Governo Brasileiro continuar investindo na investigação e desenvolvimento, pelo aumento de investimentos do setor privado na área e pela concepção e implementação de novas formas de parceria entre os setores público e privado, para maximizar os benefícios privados e sociais da investigação agropecuária."

No mesmo trabalho os investigadores indicaram que as instituições públicas de ciência e tecnologia[1] estão sujeitos a questionamentos quanto a: (i) eficiência na utilização de recursos públicos, para se produzir mais com menos recursos; (ii) prioridades sectoriais na alocação de recursos governamentais entre setores essenciais, como a saúde pública, educação, segurança pública e ciência e tecnologia (competição por recursos); e (iii) atividades passíveis de serem

[1] Entre as quais se incluem a Embrapa e mesmo o INIAP de Angola.

administradas ou executadas pelo setor privado, mesmo que financiadas com recursos públicos.

Por outro lado, esse e outros estudos reforçam os argumentos em favor de gastos públicos em investigação agropecuária e florestal, em se tratando de micros, minis, pequenos e médios produtores dispersos demandam tecnologias, que não têm capacidade, nem financeira nem organizacional, para assumirem tamanho risco na sua geração. Tecnologias agronômicas, como manejo de solos e recomendações sobre adubação, uma vez desenvolvidas, passam ao domínio público. O mesmo ocorre com grande parte de investigações sobre recursos naturais, conservação do meio ambiente e manutenção de bancos de germoplasma (recursos genéticos). Nesses casos, a participação do setor público de Angola passa a ser preponderante, se o objetivo for desenvolver conhecimentos e tecnologias nestas áreas.

Tendo por base os resultados e recomendações da Missão que visitou o País em jun./jul. de 2019, UGIPRIA (2019) e a experiência da Embrapa e outras instituições de investigação, em termos de mobilização de recursos para suas actividades, a Coordenação da UGIPRIA encarregue uma equipa de consultores internacionais e nacionais, uma análise e um mapeamento das oportunidades disponíveis para mobilização dos recursos necessários para financiar a carteira de Programas e Projectos de Investigação e Desenvolvimento, dos oito primeiros CIDs, a serem criados e consolidados no contexto do Programa de Reestruturação da Investigação Agrária - PRIA, até 2022.

Na sequência o relatório aprofunda em maiores detalhes sobre opções no tocante às fontes de recursos relacionadas ao OGE, incluindo a criação de contribuições tributárias para financiar o que se convencionou denominar de Iniciativa Petróleo Verde, ao se considerar que os efeitos das novas tecnologias de produção podem ser comparadas a um poço de petróleo de reserva infinita, em termos do potencial de economizar divisas pela substituição de importações de alimentos in natura e transformados pelo aumento da produção interna em Angola. E, por outro lado, pelo potencial de gerar excedentes de produção exportáveis para geração de divisas.

Indicam-se como exemplo, países como o Brasil, Argentina e Austrália, que utilizaram a iniciativa Petróleo Verde, nos quais os investimentos públicos em investigação agrária possibilitaram aumentos substanciais na produção tornando estes países autossuficientes em alimentos e os maiores exportadores de produtos agropecuários e florestais do planeta, com um imenso saldo divisas, devido aos excedentes exportados. Os investimentos em ciência e tecnologia, públicos e privados resultaram numa significativa economia de divisas em importações de alimentos e fibras in natura e transformados para consumo no mercado interno.

Na última parte do relatório, apresentam-se os pormenores sobre as fontes de financiamento extra orçamentais, com base em projectos específicos de organismos bi e multilaterais para financiar parte dos investimentos públicos na formação de recursos humanos e na construção e apetrechamento dos CIDs,

como aconteceu no caso da Embrapa, no Brasil, que contou, basicamente, com recursos de diversos Projectos de investimentos a médio prazo financiados do Banco Mundial – BM, Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID e pela Agência de Cooperação Japonesa para o Desenvolvimento – JICA, dentre outros organismos, em menor proporção.

Identificaram-se também recursos de projectos de financiamento do BM, Banco Africano do Desenvolvimento – BAfD e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA, que contemplam componentes ou subcomponentes que necessitam de insumos tecnológicos, relativos a tecnologias agropecuárias e florestais, para dinamizar as cadeias de produtivas dos minis, pequenos e médios produtores, para o aumento da produção e produtividades de uma gama de produtos do sector agrário. São recursos de acesso, quase que imediato, pois requerem somente a apresentação de propostas do INIAP aos Comitês Locais dos ditos projectos, para uso dos ditos recursos, em diversas províncias do País, contempladas pelos projectos. Foram identificados alguns organismos não governamentais com potencial para se negociar parcerias de cooperação técnica e financeira em colaboração com os CIDs.

FONTES DE FINANCIAMENTO VIA OGE

Nesta secção apresenta-se uma proposta para realocação de recursos de fontes de financiamento oriundas de linhas do OGE para o INIAP concretizar a implantação e operação dos seus Centro de Investigação e Desenvolvimento – CIDs - por produtos, biomas e tópicos especiais, para dinamizar as diferentes cadeias produtivas do sector agrário. Essa realocação de recursos direciona recursos para os CIDs que agora concentrarão as investigações em produtos. Como exemplo, os recursos do Fundo Café serão transferidos para o CID Café, Palmar e Cacau, que será localizado na Estação de Investigação do Café, no município da Gabela.

Assim, se deve proceder com os recursos hoje alocados para o IIA e IIV, realocando tais recursos para o caso de cada cultura, produção pecuária ou bioma contemplados pelos futuros CIDs.

Contribuição sobre receitas de taxas/impostos do Estado

A proposta identificou também fontes com potencial para suprir recursos ao orçamento da investigação agropecuária e florestal, a partir de contribuições sobre receitas de taxas/impostos do Estado, tais como:

(i) Contribuição percentual provisória sobre o valor total do OGE, para financiar a Iniciativa Petróleo Verde – IPV, por meio dos CIDs do INIAP;

(ii) Contribuição percentual sobre o valor das exportações de produtos de florestas nativas e plantadas, para gerar tecnologias para estas florestas;

(iii) Contribuição percentuais sobre o valor total da Pauta Aduaneira de exportações e de importações de produtos alimentares, para financiar a geração de tecnologias pelos CIDs para as cadeias produtivas agrárias e

(iv) Contribuição percentual sobre o valor dos derivados do petróleo consumidos pelas cadeias produtivas do sector agrário de Angola, para financiar investigações de produtos, biomas e temas especiais de cadeias produtivas do sector agrário.

Contribuição Provisória sobre o valor total do OGE

As receitas desse tipo de contribuição são as mais fáceis de serem arrecadadas e administradas em termos de distribuição entre os diversos CIDs coordenados pelo INIAP. Por outro lado, representam uma contribuição provisória que será

reduzida à proporção que o INIAP começar a adaptar e gerar tecnologias que permitirão o aumento sustentável da produção agropecuária e florestal do País, quando estes sub- sectores passariam a arcar com tal contribuição. Além do mais, este tipo de contribuição está alinhado com o mecanismo tradicional mais utilizado para o financiamento da investigação agrária na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, que é o financiamento das investigações via recursos do OGE.

O percentual da contribuição sobre o OGE deverá ser suficiente para financiar o valor total dos programas e seus respectivos projectos de investigação do INIAP, incluindo todas as despesas administrativas do INIAP e seus CIDs, incluindo despesas com recursos humanos e os projectos de investigação per se. O principal argumento a favor dessa contribuição é a certeza de que os resultados das investigações permitirão aumentos sustentáveis da produção e da produtividade agropecuárias e florestais que economizarão divisas em importações de alimentos e fibras para o consumo interno e, eventualmente, os excedentes exportáveis da produção agropecuária e florestal gerarão enormes valores em divisas, semelhantes às da prospecção de petróleo, como aconteceu no caso do Brasil e dos países que souberam investir com sabedoria na investigação agrária mundo afora e continuaram a colher para sempre os frutos indicados anteriormente. Portanto, investir em investigação agrária se assemelha a encontrar poços de petróleo de reservas infinitas. Felizes dos países que, como Angola, ainda têm áreas disponíveis para expandir a produção agropecuária e florestal, para se beneficiarem da Iniciativa Petróleo Verde.

Contribuição sobre o valor de exportações de produtos florestais

Esse tipo de contribuição também tende a ter o mesmo efeito que o indicado no item anterior, mas com a limitação que poderá não ser suficiente para financiar toda a necessidade de recursos orçamentais dos CIDs e do INIAP. Entretanto, pode ser utilizada como uma fonte de recursos que tem o mérito de facilitar a implementação de investigações complementares para o aumento sustentável da produção e produtividade de produtos florestais, para garantir o fluxo de divisas com exportações de produtos das florestas nativas e plantadas. Caso contrário, sem novas tecnologias, a produção dessas florestas não seria sustentável e tais florestas continuariam a desaparecer como vem acontecendo há vários anos em Angola com ambos tipos de florestas.

Contribuição sobre o valor de exportações e de importações de alimentos

Essa contribuição também tem o mérito de ser uma fonte sustentável de financiamento das investigações agropecuárias e florestais, principalmente como complemento dos custos de tais investigações, devido à limitação do seu valor para evitar desincentivos à produção, quando se torna muito elevada. Por isso é que a melhor forma de financiar as investigações agropecuárias e florestais tem sido via uma contribuição sobre o orçamento geral do estado,

utilizada em todos os países. Deixando a contribuição sobre o valor da pauta aduaneira como um complemento aos orçamentos anuais dos CIDs para responder às demandas adicionais de investigação.

Contribuição sobre o valor de derivados do petróleo

Essa contribuição faz sentido para estimular investigações agrárias no contexto da Iniciativa Petróleo Verde, com o objetivo de garantir que no futuro a produção agropecuária e florestal, num país rico em recursos naturais como Angola, tenha como recompor uma eventual redução das receitas de divisas oriundas da exportações de petróleo devido à caída ou às flutuações nos preços nos mercados internacionais, como está a acontecer desde 2015 ou numa eventualidade dos poços de petróleo entrem em exaustão, como aconteceu há alguns anos no Gabão. Para superar essa situação, as receitas das exportações agrárias sustentariam o funcionamento da economia, substituindo as perdas de divisas oriundas da exportação de petróleo.

FONTES DE FINANCIAMENTO EXTRA ORÇAMENTAIS

A seguir se apresentam outras fontes de financiamento para implantação e operação da investigação agropecuária em geral, com base nas alocações de recursos de projetos aprovados e em execução por organismos bi e multilaterais que atuam em Angola.

Apresentam-se ainda alternativas de fontes de recursos para investimento em Investigação agropecuária para operações especificas para implantação e operação dos respectivos CIDs a médio e longo prazo. Além das instituições multilaterais e bilaterais, essa seção também apresenta instituições não-governamentais que financiam iniciativas de investigação, desenvolvimento, e inovação agropecuária e florestal.

Recursos de projectos em execução

Considera-se cooperação técnica em investigação agropecuária e florestal, com base nas alocações de recursos de projetos aprovados e em execução por organismos bi e multilaterais que atuam em Angola.

Essa seção apresenta o portfólio de projetos em execução em Angola com financiamento total ou parcial de entidades multilaterais e bilaterais que estão apoiando atividades de interesse da investigação agropecuária e florestal na data de preparação deste relatório.

Banco Mundial

O Banco Mundial tem atualmente dois projetos em execução com recursos associados a atividades de investigação agropecuária e florestal com potencial de serem utilizados pelos CIDs do INIAP, nomeadamente:

(i) Projecto Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização e

(ii) Projecto Desenvolvimento de Agricultura Comercial

A seguir se resumem as principais características destes projetos enfatizando, como eles se vinculam com atividades de investigação agropecuária e florestal.

Projecto Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização

Project Details

Project ID P154447	**Status** Active	**Team Leader** Aniceto Timoteo Bila	**Borrower** EPULIC
Country Angola	**Approval Date** (as of board presentation) July 5, 2016	**Total Project Cost** US$ 95.00 million	**Implementing Agency** IIST
Region Africa	**Closing Date** December 31, 2021	**Commitment Amount** US$ 70.00 million	**Environmental Category** B

O objetivo do Projecto de Desenvolvimento e Comercialização da Agricultura Familiar (MOSAP-II) para Angola é aumentar a produtividade, produção e comercialização da agricultura familiar para culturas selecionadas nas áreas do projecto.

Existem três componentes no projecto, sendo o primeiro o desenvolvimento de capacidades e o desenvolvimento institucional. O objetivo desse componente é melhorar as habilidades técnicas, institucionais, gerenciais e de marketing de 150.000 beneficiários de agricultores e fortalecer a capacidade de especialistas em extensão agrícola do governo, **instituições de pesquisa agrícola**, prestadores de serviços agrícolas privados e ONGs relacionadas a diferentes aspectos da agricultura, incluindo cadeias de valor.

Os resultados esperados são: (a) organizações de pequenos agricultores estabelecidas e fortalecidas; (b) melhoria da competência técnica e administrativa dos pequenos agricultores; e (c) melhorada a capacidade do governo de apoiar a produção e comercialização agrícola de pequenos agricultores.

O Subcomponente 1.3. do Projecto é o mais associado a atividades de ID&I ao buscar reforçar a capacidade e o conhecimento global para resolver problemas emergentes de pesquisa. Custo total de USD 9 milhões (USD 4 milhões do BIRD e USD 5 milhões equivalentes do governo de Angola).

As principais atividades a serem financiadas sob este subcomponente incluem: (a) apoiar a multiplicação de sementes e material de plantio; (b) desenvolvimento de pacotes de tecnologia para culturas selecionadas; (c) melhorar os serviços de diagnóstico do solo; (d) desenvolver a capacidade técnica do sistema nacional de pesquisa e extensão; e (e) aumento dos testes de campo e demonstração de tecnologias aprimoradas.

O terceiro subcomponente visa fortalecer a capacidade institucional do sistema de pesquisa agrícola em nível nacional e provincial de Angola para melhorar o acesso às inovações e tecnologias agrícolas modernas que aumentam a

produtividade e a produção agrícola. O objetivo é fortalecer os sistemas de pesquisa para abordar questões emergentes na produtividade, produção e cadeias de valor de alimentos prioritários e hortas (hortaliças). Isso incluirá o aumento da disponibilidade de tecnologias aprimoradas para os agricultores, preenchendo lacunas de conhecimento técnico em torno dos sistemas de cultivo nas áreas do projecto e a introdução de novos conhecimentos e tecnologias que podem estar disponíveis na região ou no mundo, onde apropriado.

O financiamento do projecto será fornecido para desenvolver propostas para abordar iniciativas específicas de ID&I vinculadas aos objetivos do projecto e basear-se em fontes globais ou regionais relevantes de conhecimento e tecnologia. A implementação dessas atividades será executada pelo Instituto de Pesquisa Agrícola (IIA) e pelo (s) parceiro (s) selecionado (s) para a atividade específica de ID&I, e a UIP manterá a responsabilidade fiduciária.

O IDA e o IIA elaborarão um plano de trabalho detalhado para as atividades de ID&I a serem financiadas, com prazo e orçamento. Eles também prepararão um memorando de entendimento, definindo a responsabilidade de cada parte na implementação do plano de trabalho, incluindo os mecanismos de supervisão durante a implementação. O Memorando de Entendimento deve ser preparado o mais tardar seis meses após a efetividade.

O financiamento no âmbito do Projecto será fornecido para o seguinte:

(i) Multiplicação de sementes e material de plantio. Ampliação da produção de sementes de criador ou de fundação no IIA, desenvolvendo parcerias com produtores de sementes para aumentar a produção de sementes certificadas ou declaradas com qualidade e ampliando a produção e disseminação de estacas de mandioca livres de vírus nos laboratórios de cultura de tecidos disponíveis (em Malanje e Luanda).

(ii) Desenvolvimento de pacotes de tecnologia recomendados para culturas de projecto (cartas tecnológicas por culturas). Recomendações de embalagem e divulgação de culturas prioritárias para uso dos agricultores, fornecidas por sistemas de extensão / prestadores de serviços técnicos.

(iii) Melhoria dos serviços de diagnóstico do solo (análise do solo e recomendações de fertilizantes). Fornecimento de equipamento, treinamento e custos operacionais no Huambo e Malanje para melhorar as instalações de teste do solo e o desenvolvimento de recomendações abrangentes sobre fertilizantes.

(iv) Treinamento do sistema nacional de pesquisa e extensão em tópicos técnicos específicos por especialistas internacionais. Apoio a parcerias para trazer conhecimento externo para o benefício do sistema nacional de pesquisa e extensão de parceiros como a EMBRAPA, Grupo Consultivo

para Agricultura Internacional Institutos de Pesquisa (CGIAR), ou na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

(v) Ampliação do teste / demonstração de novas tecnologias baseadas no sistema de pesquisa CGIAR ou outros. Apoio às atividades de ID&I no IIA para testar novas tecnologias trazidas do sistema CGIAR, EMBRAPA ou países da região e visando culturas prioritárias.

O segundo componente é o suporte para maior produção e comercialização. O objetivo desse componente é apoiar o desenvolvimento da cadeia de valor de culturas selecionadas por meio de subsídios de investimento correspondentes à demanda para grupos e organizações de pequenos agricultores para melhorar a produtividade agrícola, a produção e o acesso ao mercado para 50.000 beneficiários elegíveis.

Finalmente, o terceiro componente é o gerenciamento, monitoramento e avaliação do projecto. O terceiro componente do projecto financiará o gerenciamento, a coordenação e o monitoramento e avaliação (M&A) do projecto. É composto por dois subcomponentes: gerenciamento de projectos; e monitoramento e avaliação de projectos.

Projecto Desenvolvimento de Agricultura Comercial

O Projecto Desenvolvimento de Agricultura Comercial (PDAC), a ser implementado a partir de 2018 por um período de 6 anos. O objectivo de desenvolvimento do projecto é de aumentar a produção e produtividade de micro, pequenos e médios produtores agrícolas e facilitar o acesso ao mercado em cadeias de valor selecionadas para os beneficiários selecionados nas áreas do projecto. O PDAC tem um financiamento de USD130 milhões do BM e o cofinanciamento de USD97,35 milhões do AfDB e da Agência de Desenvolvimento da França, de acordo com o quadro a seguir.

Projeto Detalhes

Identidade do Projeto P159052	**Situação** Ativo	**Líder da Equipe** Diego Arias Carballo, Zenaida Hernandez Uriz	**Mutuário** EPULIC
País Angola	**Data da aprovação** (conforme apresentação da Diretoria Executiva) 29 de maio de 2018	**Custo total do projeto** US$ 230.00 milhões	**Entidade Executora** IIST
Região África	**Data de encerramento** 31 de maio de 2024	**Montante do compromisso** US$ 130.00 milhões	**Categoria ambiental** B

Resumo da situação do financiamento do Banco Mundial (em US$ milhões) em 30 de novembro de 2019

Financiador	Data Da Aprovação	Data De Encerramento	Principal	Desembolsado
IBRD88660	29 de maio de 2018	31 de maio de 2024	130.00	9.57

Os beneficiários directos do projecto são as micro, pequenas e médias empresas (PME) no sector de agronegócio (com critérios ainda por definir); produtores organizados (cooperativas, associações, etc.), incluindo graduados de MOSAP I; mulheres e jovens nas zonas rurais que se enquadram dentro dos critérios acima mencionados; e instituições financeiras e de garantia de crédito para actividades directamente relacionadas com o projecto. As actividades de capacitação e desenvolvimento institucional poderão fazer-se sentir em todo o país. Porém, o investimento em infraestrutura física ocorrerá ao longo de dois corredores de desenvolvimento: 1) Luanda - Bengo - Kwanza Sul - Huambo - Bié - Norte da Huíla; e 2) Luanda - Bengo - Kwanza Norte - Malanje. O PDAC está orçado em US $ 227,35 milhões, vai abranger 4 componentes:

(i) Componente 1: Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio (USD 78,9 milhões);

(ii) Componente 2: Desenvolvimento de Infraestructura (USD 94,3 milhões); .

(iii) Componente 3: Reforço institucional e melhoria do ambiente de negócios (US $ 39,4 milhões) e

(iv) Componente 4: Gestão, monitoramento e avaliação (USD 14,8 milhões)

Existem quatro componentes no projecto, sendo o primeiro componente a promoção e o apoio ao desenvolvimento do agronegócio. Este componente apoiará agricultores elegíveis e PME do agronegócio, incluindo aquelas lideradas por / constituídas por mulheres e jovens, a adotarem melhores tecnologias, melhorarem suas habilidades, acessarem mercados financeiros e processarem e comercializarem seus produtos. Esse componente inclui dois subcomponentes: fortalecimento de habilidades, produtividade e comercialização e garantias parciais de crédito.

O segundo componente é a infraestrutura para produção e marketing. Esse componente financiará a infraestrutura crítica que possibilita o desenvolvimento da agricultura comercial nas áreas do projecto, incluindo: (a) reabilitação de estradas rurais: (b) infraestrutura pública de irrigação em pequena escala: e (c) conexão de 'última milha' à rede elétrica e conversão para três fases. Esse componente inclui três subcomponentes: reabilitação de estradas rurais, apoio a projectos públicos de irrigação e conexões elétricas rurais de última milha.

O terceiro componente é o fortalecimento institucional e o melhor ambiente de negócios. Este componente pretende melhorar o ambiente de negócios e a capacidade institucional para apoiar a competitividade do setor privado em cadeias de valor selecionadas. Esse componente inclui dois subcomponentes: desenvolvimento da estratégia da cadeia de valor, pesquisa e desenvolvimento e fortalecimento da capacidade institucional.

Esta componente irá se concentrar em resolver os desafios relacionados com o (i). Apoio ao desenvolvimento de cadeias de valor; (ii). Pesquisa e desenvolvimento e (iii) Reforço da capacidade do MINAGRIF para planeamento, gestão, e implementação de programas. Esta componente irá se concentrar na criação e fortalecimento de um sector da agricultura comercial competitivo, incluindo estratégia e reformas regulatórias, bem como apoio para reforçar a investigação e desenvolvimento do sector.

O quarto componente é o gerenciamento, monitoramento e avaliação do projecto.

Subcomponente 3.2 – Pesquisa e desenvolvimento (custo estimado de USD14,8 milhões). Esta subcomponente incluirá (i) cooperação universitária internacional e entre institutos de pesquisa, (ii) cooperação em ciências agrárias, veterinárias, café e insumos (ex. produção de mudas, técnicas de produção, agricultura de conservação do ambiente, certificação), e (iii) adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Banco Africano de Desenvolvimento

O Banco Africano de Desenvolvimento tem atualmente apenas o seguinte projecto em execução com recursos associados a atividades de investigação agropecuária e florestal com potencial de serem utilizados na implantação e operação dos CIDs Florestas e Savana e Semiárido:

Projecto Desenvolvimento de Cadeias de Valor da Agricultura da Província de Cabinda

Os objetivos específicos do projecto são aumentar a segurança alimentar e a renda dos agricultores através do aumento da produção agrícola e da agregação de valor de produtos selecionados.

P-AO-AAZ-001

Project Details

ID: P-AO-AAZ-001	**Name**: CABINDA PROVINCE AGRICULTURE VALUE CHAINS DEVELOPMENT PROJECT	**Status**: Ongoing	**Country**: Angola
Sector: Agriculture	**Approval date**: 15-Dec-2017		**Task Manager**: EGHAN Mark, AHAI2
Total cost: 91610018.79 **Currency**: UAC	**Source(s) of financing** **AfDB**: 75182432.88 **Government**: 16428198.43	**Implementing Agency**: BUREAU D' EXECUTION DU PROJET BAD-FAD EDUCATION II	**Location**: Cabinda Province

O projecto será uma intervenção de desenvolvimento da cadeia de valor em commodities selecionadas. Ele se concentrará no fornecimento de um ambiente propício para o desenvolvimento agrícola das culturas (mandioca, batata doce, amendoim, feijão, café, cacau e óleo de palma); pesca marinha e interior; pequenos animais (aves e pequenos ruminantes); e horticultura (legumes e frutas).

Também tratará da reabilitação e construção de infraestrutura rural, como estradas de alimentação, centros de mercado, centros de saúde, escolas primárias e melhorará o acesso à energia rural.

Seu objetivo específico é aumentar, de maneira sustentável, a renda dos pequenos agricultores e empresários rurais que se dedicam à produção, processamento, armazenamento e comercialização das cadeias de valor de commodities selecionadas.

Os beneficiários diretos são os 25.000 pequenos agricultores economicamente ativos que vivem nas áreas rurais que já participam da agricultura. Os beneficiários indiretos incluem 40 empresas de pequeno, médio e grande porte e associações empresariais existentes que prestam serviços aos produtores e processadores.

Entre o grupo-alvo, mulheres e jovens desempenham um papel importante na produção e processamento de culturas e animais, processamento, operação e comercialização de pequenas empresas. Eles serão direcionados especificamente para as atividades e benefícios do projecto. O projecto realizará programas de treinamento para equipar pequenos agricultores (homens e mulheres) em técnicas agrícolas e habilidades de empreendedorismo no agronegócio, de acordo com a Estratégia do Banco para Empregos para Jovens na África 2016-2025.

Estima-se o uso de fertilizantes em Angola 8,8 g/ha e está muito aquém da média mundial de 119,9 g/ha. O Projecto impulsionará o uso de insumos para melhorar a produção, subsidiando-os inicialmente nos dois primeiros anos, como no caso da Libéria e do Malawi. Posteriormente, estabeleceu-se um mecanismo de compartilhamento de riscos e um sistema de suprimento de insumos, com a liderança do setor privado. Também haverá um exercício de registro eletrônico

para agricultores nas áreas de interesse, aproveitando os investimentos em infraestrutura existentes.

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), tem atualmente dois projectos em execução com recursos associados a atividades de investigação agropecuária e florestal com potencial de serem utilizados pela investigação agropecuária:

(i) Projecto de Recuperação Agrícola e

(ii) Projecto de Desenvolvimento e Comercialização da Produção Agrícola em Pequena Escala nas Províncias de Cuanza Sul e Huíla

A seguir se resumem as principais características destes projectos enfatizando como eles se vinculam com atividades de investigação agropecuária e florestal.

Projecto de Recuperação Agrícola

N.º de projecto: 2000001767
Custo total do projecto: USD 7,61 milhões
Financiamento do FIDA: USD 6 milhões
Duração: 2017 - 2022

O projecto se concentrará no apoio aos pequenos agricultores que perderam sua capacidade de produção agrícola, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e tecnologias agrícolas inteligentes para o clima, adaptadas às condições locais. Também melhorará os sistemas de informação para segurança alimentar e vigilância da saúde animal, introduzirá sistemas adequados de manejo de pastagens naturais e promoverá atividades de diversificação de meios de subsistência como parte de uma estratégia de "reconstruir melhor". O projecto intervirá em três províncias do Sudoeste: Benguela, Cunene e Huila. Serão alcançados cerca de 8.000 domicílios, 30% chefiados por mulheres e 30% incluindo jovens.

O objetivo do desenvolvimento do projecto será alcançado através da execução de um componente técnico (recuperação de meios de subsistência sustentáveis) composto por três subcomponentes complementares que se reforçam, a saber: 1.1 - recuperação de ativos produtivos das famílias; 1.2 - recuperação de ativos produtivos das comunidades e 1.3 - capacitação para recuperação. Deve-se enfatizar que as condições climáticas na área alvo têm uma alta probabilidade de que secas e inundações se repitam. Assim, enquanto o subcomponente 1.1 contribuirá para a recuperação da produção, os subcomponentes 1.2 e 1.3 permitirão que as famílias e as comunidades-alvo alcancem a recuperação total, além de melhorar sua capacidade de gerenciamento de riscos, para que

dependam menos de intervenções de emergência. O segundo componente refere-se à coordenação e gerenciamento do projecto, um componente transversal que oferecerá serviços eficazes de coordenação e gerenciamento aos três componentes técnicos.

Componente 1. Recuperação de meios de subsistência sustentáveis. O objetivo deste componente é recuperar os ativos produtivos das comunidades e as residências objetivas nos municípios selecionados das províncias selecionadas.

Subcomponente 1.1. Recuperação de ativos produtivos das famílias. Este subcomponente visa atender às necessidades dos familiares dedicados à agricultura. Como nas intervenções de emergência anteriores, as escolas de campo de emergência para agricultores (existentes e novas) serão usadas como o principal instrumento para beneficiar as famílias alvo, embora também beneficie outras famílias vulneráveis que não são membros das escolas.

A produtividade agrícola será aumentada com a aplicação de sistemas (integrados) de sequeiro e pecuária, e os meios de subsistência serão desenvolvidos e diversificados, juntamente com a capacitação de beneficiários e instituições interessadas para que as atividades sejam sustentáveis (subcomponente 1.3) Dois conjuntos de medidas gerais são propostos para os domicílios, a saber: a) um conjunto baseado na agricultura e segurança alimentar para os agregados familiares envolvidos nessa atividade e b) conjunto baseado em gado, que pode ser baseado em aves, cabras , ovelhas ou porcos, dependendo dos ativos do beneficiário. O efeito direto esperado é o aumento da produtividade agrícola e a melhoria da segurança alimentar como consequência da diversificação dos meios de subsistência.

Subcomponente 1.2. Recuperação dos ativos produtivos das comunidades. Quando as famílias estão em processo de recuperação após uma crise, elas dependem das redes existentes em sua comunidade, para que os ativos da comunidade sejam os tempos de uma ferramenta de gerenciamento de riscos. As práticas de gestão da terra e a reabilitação / criação de fontes de água são fatores-chave para a recuperação dos meios de subsistência na área do projecto. Os possíveis beneficiários acreditam que a falta de água e pastagens são os principais problemas que afetam suas vidas. O projecto desenvolverá a infraestrutura por meio da reabilitação e construção de fontes de água para diversos fins. O subcomponente será implementado pela modalidade de extensão por meio de escolas de campo para agricultores e agropastores, adaptadas às diversas agroecologias presentes na área do projecto. O efeito direto esperado é a estabilização / melhoria dos meios de subsistência, graças ao uso da infraestrutura produtiva das comunidades. Este subcomponente concentra-se em dois tipos de medidas: a) o desenvolvimento dos recursos hídricos e b) o gerenciamento dos recursos naturais.

Subcomponente 1.3. Capacitação para recuperação. Este subcomponente oferecerá capacitação no nível de instituições, comunidades e famílias, conforme necessário para garantir a execução efetiva dos componentes 1.1 e 1.2. Os beneficiários e suas comunidades precisam de ajuda para se tornarem menos vulneráveis às crises relacionadas ao clima. As competências e capacidades necessárias serão fortalecidas em diferentes níveis, para que as comunidades possam se recuperar dessas crises e para que as instituições relevantes possam fornecer o apoio e os serviços necessários às comunidades e famílias.

Projecto Desenvolvimento e Comercialização da Produção Agrícola em Pequena Escala nas Províncias de Cuanza Sul e Huíla

N.º do projecto: 2000001142
Custo total do projecto: USD 38,1 milhões
Financiamento do FIDA: USD 28,8 milhões
Co-financiadores (Nacional)
Beneficiários USD 1,1 milhão
Governo Nacional USD 8,2 milhões
Duração: 2017 - 2024

O Governo de Angola solicitou ao FIDA e ao Banco Mundial que apoiassem o Projecto de Desenvolvimento e Comercialização da Produção Agrícola em Pequena Escala, de acordo com a modalidade de financiamento paralelo.

O subprojecto financiado pelo Banco Mundial prestará apoio às províncias de Bié, Huambo e Malanje, enquanto o subprojecto financiado pelo FIDA se concentrará nas províncias de Cuanza Sul e Huíla.

O objetivo do desenvolvimento do projecto é aumentar a produtividade, a comercialização e a produção em pequena escala de determinadas culturas nas áreas de execução do projecto.

Componentes / efeitos diretos. O objetivo do desenvolvimento do projecto será alcançado através de dois componentes técnicos.

Componente 1. Capacitação e desenvolvimento institucional. No âmbito deste componente, as habilidades técnicas, organizacionais e de gestão dos pequenos agricultores serão fortalecidas e o funcionamento de uma estrutura regulatória e um ambiente favorável à agricultura de pequena escala será apoiado. Eu apoio o governo a desenvolver a capacidade necessária para aumentar a produtividade e transformar agricultura em atividade empreendedora, composta por três subcomponentes: i) fortalecimento da capacidade dos pequenos agricultores e suas organizações por meio de escolas de campo para agricultores; ii) fortalecimento da capacidade institucional das unidades locais,

provinciais e nacionais do Ministério da Agricultura e iii) fortalecimento da capacidade e do conjunto de conhecimentos para responder a novos problemas no campo da pesquisa. Este componente terá os seguintes efeitos diretos: i) fortalecimento das habilidades técnicas, organizacionais e de gestão dos pequenos agricultores res e suas organizações; ii) uma estrutura regulatória e um ambiente mais favorável para a agricultura de pequena escala; e iii) aumento da capacidade do governo de apoiar pequenos agricultores nos campos de produção e comercialização.

Componente 2. Apoio para aumentar a produção e Marketing No marco desse componente, o capital dos pequenos agricultores e seus vínculos com o mercado serão fortalecidos com o apoio a subprojectos de investimento de organizações de agricultores, visando a melhorar a produtividade agrícola, o acesso ao mercado e a agregação de valor, composto por dois subcomponentes: i) provisão de suporte técnico; e ii) provisão de suporte ao investimento. Como efeito direto, é esperado um aumento nos investimentos na produção agrícola e no gerenciamento pós-colheita.

Componente 3. Gerenciamento de projectos. Consiste em dois subcomponentes: i) gerenciamento de projectos e ii) monitoramento e avaliação (M&A). No âmbito deste componente, o Ministério da Agricultura e o Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA) gerenciarão efetivamente o projecto, de acordo com o objetivo estabelecido e os procedimentos e diretrizes de gestão fiduciária. Para fortalecer complementaridades, sinergias e coerência, os mesmos órgãos de governança e supervisão serão utilizados nos níveis nacional e provincial que no subprojecto financiado pelo Banco Mundial. Uma unidade de execução de projecto separada será estabelecida para gerenciar o subprojecto financiado pelo FIDA

Fundo Global para o Meio Ambiente

Projecto Integração da mudança climática nas práticas ambientais e sustentáveis de gestão da terra (ICE-SLM)

RECEPIENT: Republic of Angola
EXECUTING AGENCY: Ministry of Environment (MINAMB)
Financing plan

Source	Amount (USD	Instrument million)
GEF/ LDCF	4.416	Grant
GOAO	0.441	
TOTAL COST	**4.857**	

O Projecto Integração da mudança climática no gerenciamento ambiental e sustentável da terra de Práticas (ICE-SLM) é um programa de adaptação que beneficia as áreas rurais de Angola. O projecto - de USD 4,416 milhões em recursos do GEF (via Fundo dos Países Menos Desenvolvidos) é a ser alocado para a integração de medidas de mudança climática na gestão ambiental e uso sustentável da terra. O governo de Angola contribuirá com 0,441 milhão de dólares.

Espera-se que o projecto melhore a integração das medidas de mudança climática com decisões no nível institucional (componente 1) por meio de:

(i) Introdução da adaptação às mudanças climáticas (CCA) em políticas, estratégias e legislações ambientais,

(ii) Avaliação de riscos climáticos,

(iii) Desenvolvimento de diretrizes de riscos climáticos pelos ministérios de linha,

(iv) Fortalecimento das capacidades do Departamento de Vulnerabilidades e Mudança Climática (DVCC) e

(v) Consulta e capacitação de partes interessadas e instituições.

Atividades de geração de conhecimento e conscientização no ministério para preencher lacunas no conhecimento e revisar o conhecimento sobre questões e práticas. Esse subcomponente também deve analisar políticas / documentos e relatórios do programa a serem consultados por funcionários do governo e funcionários através de consulta pública e organizar oficinas e treinamentos sobre práticas de SLM e benefícios da avaliação de riscos climáticos

A capacitação em nível institucional é uma parte importante deste componente, com atividades para promover a coordenação entre os ministérios, as diretrizes de desenvolvimento sobre avaliação de riscos climáticos e a preparação de um manual operacional para promover a integração do CC no EIA. Também é fornecido suporte técnico para revisar, processar e desenvolvimento de novos planos e documentos de estratégia e apoiar o desenvolvimento de políticas climáticas, o desenvolvimento estratégias nacionais e integração de medidas de CC. Sessões de treinamento para treinadores em práticas e técnicas de SLM / NRM.

Sob componente II, o projecto também visa introduzir técnicas de CCA em boas práticas de gestão sustentável da terra e criar um ambiente propício para melhorar a resiliência dos meios de subsistência rurais a das Alterações Climáticas. Para esse fim, o projecto intervirá em 4 locais piloto (Namibe, Huambo, Kuando Kubango and Cabinda).

Estabelecimento da plataforma CCA em cada local piloto.

Centros Agro-Ecológicos (AEC) sediarão demonstrações piloto em terra parcelas com forte foco nas mulheres agricultoras. Foi revelado através de partes interessadas e consulta pública de que a melhor solução é a disseminação eficiente de técnicas apropriadas de SLM nas áreas rurais. AEC também monitorará incêndios e a implementação de incêndios plano de gerenciamento.

Mapeamento e Planejamento: (i) o mapeamento das zonas do projecto será conduzida e a biodiversidade / recursos naturais serão identificados, bem como necessidades das comunidades locais em recursos naturais. A implementação de práticas agrícolas sustentáveis através do desenvolvimento de Planos de Gerenciamento do Uso da Terra em cada local e nos apoios concedidos a grupos de agricultores, em particular liderados por mulheres. ii) Práticas florestais sustentáveis através da disseminação de mudas de árvores para as comunidades e o desenvolvimento de planos de manejo de incêndios florestais.

Geração de conhecimento: (i). Esquemas de monitoramento para coletar dados durante as atividades do projecto são estabelecidas. Será realizado em colaboração esquemas existentes ou outros programas de monitoramento e em colaboração com o CETAC.

"Escolas de campo para agricultores" são desenvolvidas (criadas ou apoiadas) para treinar produtores / agricultores (55% mulheres) em áreas rurais. Essas escolas são baseadas nas lições aprendidas dos vários projectos similares que floresceram na última década em Angola, o projecto promoverá o "aprender fazendo" em Práticas de SLM e NRM.

Fortalecimento institucional no nível das unidades piloto é uma parte vital desse componente. Os treinamentos são organizados em práticas agroflorestais e em técnicas SLM práticas agronômicas, manejo da fertilidade do solo, manejo da água e gestão mecânica do solo).

Os **prestadores de serviços** trabalharão em torno do conceito de Perímetro Ecológico para prestar serviços ao setor privado através da realização de análises de solo etc.,

A FAO foi recrutada para implementar completamente o Componente 2 do projecto. Eles serão prestar assistência técnica à Unidade de Coordenação do Projecto, alocando um Chefe Assessor Técnico. O CETAC sediará o supervisor técnico da FAO / AEC, que irá prestar assistência técnica e orientação aos gerentes da AEC em cada um dos Centros Assistência técnica especializada de curto prazo será fornecida aos Centros Agroecológicos (AEC) com base nas necessidades específicas. A FAO também fornecerá apoio logístico aos centros, incluindo equipamentos (veículos, material de escritório e computadores) e custos operacionais.

Um Comitê Diretor do Projecto (PSC) será estabelecido para fornecer orientação política para o projecto. O PSC será presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e incluirá: Gerentes AEC; representantes do IIA, o Escritório de Segurança Alimentar, IDA, IDF do Ministério da Agricultura e Florestas. A UCP será secretária do PSC, assistida pela FAO. O PSC irá aprovar planos de trabalho e estimativas de orçamento para atividades e monitorar relatórios de projectos implementação.

Finalmente, sob componente III, o projecto ICE-SLM participará da promoção e disseminação de boas práticas e replicação da integração bem-sucedida das mudanças climáticas nos diferentes setores com a implementação de uma estrutura de M&A e de um mecanismo estruturado de coordenação.

Os **produtos do conhecimento** serão preparados através da cooperação de pesquisas programas e parcerias com centros de pesquisa. Para o propósito de transparência, os materiais de informação serão publicados e reunidos com interessados na experiência do projecto e nas melhores práticas / lições aprendidas com as medidas do CCA experimentadas também foram divulgadas. Os resultados dos sites piloto devem ser compilados e permitirão o desenvolvimento de redes de centros de recursos na região.

Fontes possíveis de novos financiamentos

As fontes possíveis de novos financiamentos são apresentadas abaixo em 3 grupos principais: organismos multilaterais, agencias bilaterais, e entidades não governamentais.

Organismos Multilaterais

Os seguintes organismos multilaterais são fontes possíveis de novos financiamentos e suas atividades, prioridades, instrumentos para colaboração e experiência em Angola são apresentados em mais detalhes.

- Banco Mundial
- Banco Africano de Desenvolvimento
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
- Comissão Europeia
- Fundo Global para o Meio Ambiente
- FAO

Vale indicar o quadro abaixo onde se listam os financiamentos que a EMBRAPA recebeu de algumas dessas instituições em apoio à investigação agraria.

Quadro - Financiamentos externos para a EMBRAPA.

Agência	Título do	Valor (US$ 1,000) Empréstimo	Desembolso	%	Prazo exec. Original	Efetivo
BIRD	I Projecto de Pesquisa Agropecuária (BIRD I)	40.000	40.000	100	1976/80	1976/81
BIRD	II Projecto de Pesquisa Agropecuária (BIRD II)	60.000	60.000	100	1981/86	1981/88
BID	Programa de Pesquisa Agropecuária na Região Centro-Sul do Brasil (PROCENSUL I)	66.400	66.400	100	1977/83	1977/84
BID	Programa de Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária na Região Centro-Sul (PROCENSUL II)	68.500	67.808	98	1985/90	1985/93
BIRD	III Projecto de Pesquisa Agropecuária (BIRD III)	42.000	33.260	80	1990/95	1990/96
BID	Programa de Modernização Tecnológica da Agricultura do CentroSul do Brasil (PROMOAGRO)	80.000	80.000	100	1992/97	1992/97
Fonte: EMBRAPA-DEC citado em Contini, Avila e Reifschneider (1997)						

Banco Mundial

O Banco Mundial é uma fonte fundamental de assistência financeira e técnica para países em desenvolvimento em todo o mundo. Não é um banco no sentido usual, mas uma organização única que busca reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento. O Grupo Banco Mundial é composto por cinco instituições, gerenciadas por seus países membros.

Serviços e produtos financeiros

A instituição concede empréstimos com juros baixos, empréstimos sem juros e doações a países em desenvolvimento que apoiam uma ampla gama de investimentos em educação, saúde, administração pública, infraestrutura, desenvolvimento do setor privado e financeiro, agricultura e gestão de recursos ambientais e naturais. Alguns desses projectos são cofinanciados com governos,

outras instituições multilaterais, bancos comerciais, agências de crédito à exportação e investidores do setor privado.

Também fornece financiamento por meio de parcerias de fundos fiduciários com doadores bilaterais e multilaterais. Muitos parceiros solicitaram apoio do Banco para gerenciar iniciativas que atendam às necessidades em uma ampla variedade de setores e regiões em desenvolvimento.

Banco Africano de Desenvolvimento

O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) é uma instituição regional de financiamento multilateral para o desenvolvimento criada para contribuir para o desenvolvimento econômico e o progresso social dos países africanos que são os países membros regionais da instituição. O BAfD foi fundado após um acordo assinado pelos Estados membros em 14 de agosto de 1963, em Cartum, Sudão, que entrou em vigor em 10 de setembro de 1964. O BAfD entendeu três entidades: o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD propriamente), o Fundo Africano de Desenvolvimento e o Fundo Fiduciário da Nigéria. Como principal instituição financeira de desenvolvimento do continente, a missão do BAfD é ajudar a reduzir a pobreza, melhorar as condições de vida dos africanos e mobilizar recursos para o desenvolvimento econômico e social do continente. A sede do BAfD está oficialmente em Abidjan, Costa do Marfim.

O Grupo Banco Africano de Desenvolvimento financia projectos, programas e estudos nas áreas de agricultura, saúde, educação, serviços públicos, transportes e telecomunicações, indústria e setor privado. O Grupo BAfD também ampliou o escopo de suas atividades para abranger novas iniciativas, como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, água e saneamento, além de HIV / AIDS. O Grupo Banco Mundial também está envolvido em importantes iniciativas de redução da dívida, no valor de USD 5,6 bilhões, no âmbito da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados, que visa reduzir o estoque da dívida de 33 países elegíveis para níveis sustentáveis. Em 2006, o Grupo BAfD também se comprometeu a cancelar quase USD 9 bilhões devidos pelos países em questão, a fim de ajudá-los a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Mais especificamente, a visão do Banco para o setor agrícola e de desenvolvimento rural é assumir um papel catalítico de liderança, na próxima década, no apoio às mudanças tecnológicas, institucionais e políticas que desencadeariam uma transformação duradoura das economias rurais, capacitando suas populações rurais para melhorar sua produtividade e renda real de maneira equitativa e ambientalmente sustentável. Portanto, o foco da visão é o foco no cliente, com o "desenvolvimento centrado nas pessoas" como tema principal.

A transformação da agricultura africana requer uma mudança da atividade agrícola altamente diversificada e orientada à subsistência para uma agricultura mais orientada ao comércio, com melhor acesso aos mercados e à agroindústria. Envolve uma maior dependência dos mercados de insumos e produtos e maior integração da agricultura com outros setores das economias doméstica e internacional. Também envolve um uso mais eficiente e equilibrado do conhecimento indígena e do conhecimento científico "moderno".

O Banco reconhece, portanto, que os desafios do setor são enormes e numerosos. Como tal, no médio prazo, o Banco Mundial está focado na promoção de infraestrutura rural relacionada à agricultura, desenvolvimento da agroindústria, adaptação às mudanças climáticas e gestão de recursos naturais. Isso está de acordo com a força comparativa do Banco e a divisão de trabalho prevista entre os parceiros de desenvolvimento.

No desenvolvimento de infraestrutura rural, os esforços do Banco Mundial estão contribuindo para o crescimento e a redução da pobreza, apoiando uma ampla gama de intervenções em infraestrutura rural que promovem e facilitam o crescimento econômico, com ênfase especial na criação e no apoio ao ambiente propício para os pequenos e médios agricultores produzirem alimentos e colheitas de maneira sustentável. Atenção especial está sendo dada ao fornecimento de estradas rurais, abastecimento de água rural, infraestrutura de marketing, esquemas de irrigação em larga escala, sistemas de coleta e transporte de água e instalações de processamento. O Banco Mundial também está apoiando a pesquisa agrícola e de maneira mais seletiva, apoiando programas voltados para o aumento da produtividade de culturas selecionadas e intervenções estratégicas no subsetor de pecuária.

Adaptação às mudanças climáticas e gestão de recursos naturais

Em consonância com os esforços do Banco para contribuir com a agenda de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, estamos introduzindo medidas especiais para tratar de questões relacionadas às mudanças climáticas, através da integração de medidas positivas de mitigação em todos os projectos. Para o portfólio em andamento, o BAfD está analisando a resiliência das operações às mudanças climáticas e introduzindo medidas de adaptação a operações selecionadas para avaliar sua eficácia e ampliando a aplicação de operações bem-sucedidas. Na área de Gerenciamento de Recursos Naturais, a ênfase está na melhoria dos regimes de conservação, utilização, governança e gestão de terras, água, peixes e recursos florestais, além de conservar a biodiversidade. Um foco particular está sendo dado às operações que demonstram a produção de bens públicos regionais.

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), uma agência especializada das Nações Unidas, foi um dos principais resultados da Conferência Mundial de Alimentos de 1974.

A conferência foi organizada pelas Nações Unidas em resposta à crise alimentar do início da década de 1970, quando a escassez global de alimentos estava causando fome e desnutrição generalizada, principalmente nos países africanos do Sahel.

Os líderes mundiais perceberam que a insegurança alimentar e a fome não eram tantas falhas na produção de alimentos, mas eram problemas estruturais relacionados à pobreza. Além disso, o fato de a maioria da população pobre do mundo em desenvolvimento viver em áreas rurais.

Em resposta a esses desafios complexos, foi decidido que “um Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola seja estabelecido imediatamente para financiar projectos de desenvolvimento agrícola nos países em desenvolvimento, especialmente para a produção de alimentos… O Fundo fornecerá financiamento principalmente para esses projectos e programas especificamente projetados para introduzir, expandir ou melhorar sistemas de produção de alimentos e fortalecer políticas e instituições relacionadas ... ”.

Em 1977, três anos após a Conferência de Roma, o FIDA foi criado como uma instituição financeira internacional.

Em Angola, os empréstimos do FIDA apoiam iniciativas destinadas a melhorar a segurança alimentar e reconstruir os meios de subsistência dos pobres rurais através do desenvolvimento agrícola e rural.

As atividades se concentram nas áreas mais pobres do planalto central. Os projectos são direcionados a grupos vulneráveis, como mulheres e famílias chefiadas por mulheres, bem como jovens, soldados desmobilizados e pessoas deslocadas.

As principais atividades estão voltadas para:

(i) Aumentar a produção de culturas alimentares básicas para pequenos agricultores e incentivar a pesca interior e a aquicultura;

(ii) Fortalecer as organizações rurais e a representação de grupos vulneráveis;

(iii) Garantir o acesso dos grupos mais desfavorecidos aos serviços e infraestrutura rurais básicos e

(iv) Promover políticas favoráveis aos pobres com base no conhecimento das necessidades dos pobres rurais em locais específicos.

Comissão Europeia

A União Europeia subscreve os objetivos do governo angolano que visam o cumprimento das suas metas de desenvolvimento sustentável e a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

O Documento de Estratégia para Angola (2008-2013), assinado em novembro de 2008, definiu o quadro estratégico de cooperação entre a Comissão Europeia (CE) e Angola ao abrigo do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), representando um montante de 214 milhões de euros, incluindo a cooperação os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A assistência prestada pela CE concentrou-se nos domínios da governação, do apoio às reformas económicas e institucionais, do desenvolvimento social e humano e do desenvolvimento rural, bem como da segurança alimentar e desminagem. As verbas do FED foram complementadas por fundos de apoio à integração regional, à biodiversidade, ao setor privado e aos intervenientes não estatais.

A programação do 11.º FED (2014-2020), atualmente em curso, estará em consonância com as estratégias de redução da pobreza do governo angolano.

O «Caminho conjunto UE-Angola», assinado em julho de 2012, elevou para um novo nível a relação entre ambas as partes através do aprofundamento do diálogo político e da cooperação em áreas de interesse comum. Nele se reconhece a importância crescente do papel desempenhado por Angola a nível regional e internacional, bem como o potencial de desenvolvimento da relação bilateral entre este país e a União Europeia.

Fundo Global para o Meio Ambiente

O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) é um dos maiores financiadores de projectos ambientais no mundo. A iniciativa de cooperação internacional reúne hoje 183 países e trabalha com instituições internacionais, organizações da sociedade civil e o setor privado. O GEF foi estabelecido em 1991 como um programa piloto de USD 1 bilhão do Banco Mundial para apoiar a proteção do meio ambiente global e promover o desenvolvimento sustentável. Desde o seu início, já destinou mais de USD 13 bilhões para cerca de quatro mil projectos em mais de 150 países, incluindo o Brasil.

O fundo define diretrizes, políticas e temas prioritários, e confia às Agências Implementadoras do GEF, ou apenas Agências GEF, a aplicação das regras a preparação e o monitoramento dos projectos que serão desenvolvidos pelas chamadas instituições executoras. As Agências GEF conferem grande capilaridade à instituição e viabilizam o uso dos recursos em um grande número de projectos.

As agências do GEF criam propostas de projectos e depois gerenciam esses projectos no local. Ao fazer isso, eles ajudam governos elegíveis e organizações não-governamentais (ONGs) a desenvolver, implementar e executar seus projectos. Frequentemente, as agências trabalham juntas em projectos do GEF, reunindo conhecimentos. Isso não apenas permite uma abordagem mais holística da programação, como também reforça os esforços individuais da Agência para integrar ou incorporar preocupações ambientais globais em suas políticas, programas e projectos internos.

São agências implementadoras do GEF: O Banco Mundial, o FIDA, o PNUD, o Banco Africano de Desenvolvimento, FAO, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

FAO

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) é a agência que lidera o esforço internacional para acabar com a fome. Seu objetivo é alcançar a segurança alimentar de todos e, ao mesmo tempo, garantir acesso regular a alimentos suficientes e de boa qualidade para levar uma vida ativa e saudável.

A FAO é composta por seis departamentos: Agricultura e Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Econômico e Social; Pesca e Aquicultura; Silvicultura; Serviços Corporativos, Recursos Humanos e Finanças; e cooperação técnica

O Departamento Florestal da FAO ajuda as nações a gerenciar suas florestas de maneira sustentável. A abordagem da Organização equilibra os objetivos sociais, econômicos e ambientais, para que as gerações atuais possam colher os benefícios dos recursos florestais da terra, conservando-os para atender às necessidades das gerações futuras. Ele atua nas áreas de Manejo florestal; Produtos e Serviços Florestais; Florestas e meio ambiente; Florestas e população; Política, governança e economia; Monitoramento e avaliação; e Questões intersetoriais.

FAO em Angola

Desde 2005, a ênfase do trabalho da FAO em Angola virou para a reabilitação e desenvolvimento agrícola, particularmente em (i) a reconstrução e reabilitação das infraestruturas de formação pública, pesquisa e instituições de extensão rural que foram destruídas durante a guerra civil; e (ii) o reforço da capacidade institucional dos ministérios responsáveis pela agricultura e desenvolvimento rural, especialmente na formulação e monitoramento de políticas, programas e projectos agrícolas (agricultura, silvicultura, pesca, pecuária).

Durante este período, a parceria FAO - Governo de Angola resultou na implementação de mais 233 projectos no valor de mais de US$ 138 milhões.

A assistência da FAO atualmente em Angola é moldada pelo Quadro de Programação de Países 2018-2022 da FAO (CPF), que está centrado em três áreas prioritárias.

(i) Aumentar a segurança alimentar e apoiar o crescimento e a competitividade do setor agrícola. Para ajudar Angola a enfrentar os principais desafios de insegurança alimentar e nutricional, incluindo a falta de proteção social formal, a FAO está fornecendo assistência técnica e metodológica para estender a metodologia da Escola de Campo do Agricultor em todo o país;

(ii) Melhoria da coordenação e gestão sustentável dos recursos naturais, consolidando os resultados alcançados no CPF anterior e expandindo-se para outras áreas agroecológicas do país e

(iii) Fortalecer a resiliência e a capacidade de pequenos produtores e pescadores de se adaptarem ao impacto das mudanças climáticas, com ênfase especial no fortalecimento da capacidade das instituições de antecipar e coordenar a gestão dos impactos das mudanças climáticas nos sistemas de produção e na segurança alimentar e nutricional.

Desenvolvido em conjunto com o Governo e outros parceiros, o CPF reflete prioridades relevantes nas principais políticas de desenvolvimento nacional e regional, incluindo o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022: Angola para 2025, o Plano Intercalar para o Desenvolvimento do Setor Agrícola 2018-2022, o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, a Estratégia Nacional de Segurança e Nutrição Alimentar e o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola da África.

Agencias Bilaterais

Organismos bilaterais são entidades de países interessados em apoiar o desenvolvimento de países amigos. As seguintes instituições e suas atividade e prioridades são apresentadas abaixo. Elas foram selecionadas por suas atividades atuais ou potencias em apoio ao desenvolvimento agropecuário e florestal de Angola.

- Agência Brasileira de Cooperação (ABC),
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),
- Agencia Japonesa de Cooperação Internacional,
- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional,

- Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) e
- Agência Alemã de Cooperação Internacional - GIZ

Agência Brasileira de Cooperação * ABC

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil responsável pela negociação, coordenação, implementação e acompanhamento da cooperação brasileira com parceiros internacionais, como parte da política externa do Governo Federal.

A cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola começou a desenhar-se em 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, no dia 11 de junho daquele ano. No âmbito desse acordo, Brasil e Angola desenvolveram cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),

A EMBRAPA é uma empresa com alcance global, que, ao longo da sua história, tem construído uma sólida rede de cooperação internacional. Atualmente, a Embrapa está presente em todos os continentes, com parcerias com algumas das principais instituições e redes de pesquisa do mundo. Coordenada pela Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas, a atuação no exterior também contribui com o programa de cooperação técnica do Governo Brasileiro, que busca transferir e adaptar tecnologias nacionais para a realidade tropical de diferentes países.

Cooperação Técnica

A cooperação técnica é um importante instrumento do Governo Brasileiro para apoiar ações de capacitação e transferência de tecnologia em países em desenvolvimento. Esta forma de cooperação é realizada em apoio à ABC.

Instrumentos de cooperação técnica

Projectos estruturantes: projectos de maior porte executados em parceria com a ABC e/ou com outras agências internacionais de cooperação para contribuir com os processos de produção agropecuária mediante atividades de colaboração técnica nas áreas de desenvolvimento institucional, validação de tecnologias e capacitação.

Os projectos estruturantes são projectos de desenvolvimento executados em parceria da EMBRAPA com um país ou grupo de países africanos, latino-americanos ou caribenhos, para o fortalecimento das suas bases tecnológicas,

institucionais e de recursos humanos necessários ao desenvolvimento sustentável da agricultura. Esses projectos incluem componentes complementares nas áreas de validação e transferência de tecnologias, fortalecimento de instituições de pesquisa e de capacitação de profissionais.

Geralmente, são projectos com um alto volume de recursos financeiros (superior a um milhão de dólares), com mais de dois anos de duração e voltados para o fortalecimento institucional.[2]

M-BoSs

O M-BoSs é uma iniciativa internacional apoiada por diversos parceiros, com destaque para a Fundação Bill & Melinda Gates, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e o Fórum para Pesquisa Agrícola na África, que se destina a fortalecer e aprofundar a cooperação entre instituições africanas e brasileiras, fortalecendo nossa presença internacional naquele continente por meio de projectos de pesquisa com foco em desenvolvimento.

Plataformas de Inovação Agropecuária (Agricultural Innovation Marketplace) é uma iniciativa internacional apoiada por diferentes parceiros, com o objetivo de articular pesquisadores do Brasil com cientistas da África, América Latina e Caribe em trabalhos conjuntos de investigação.[3]

O M-BoSs nasceu da expectativa de que os bons resultados obtidos nos projectos financiados pela Plataforma de Inovação Agropecuária (*Agricultural Innovation Marketplace* ou MKTPlace[4]) pudessem ser ajustados, adaptados e disseminados em larga escala, criando meios para ampliar o impacto da inovação em agropecuária na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos agricultores.

O M-BoSs conta com três eixos principais:

(i) Discussão de ideias relacionadas aos temas da iniciativa, assim como discussão sobre sua própria eficiência e efetividade, com a presença dos participantes e parceiros, além dos principais atores envolvidos no apoio à pesquisa agropecuária para o desenvolvimento;

---

[2] Os projectos pontuais executados pela EMBRAPA, sob coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, podem ser encontrados no endereço eletrônico: http://www.abc.gov.br/Projectos/pesquisa

[3] Os projectos pontuais da iniciativa Agricultural Innovation Marketplace podem ser encontrados em: http://www.mktplace.org/site/index.php .

[4] http://www.mktplace.org/

(ii) Fortalecimento de capacidades em planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projectos de pesquisa para o desenvolvimento, habilidades essenciais para executar os projectos apoiados pela iniciativa e

(iii) Projectos colaborativos em pesquisa para o desenvolvimento nas seguintes áreas temáticas:

- Tecnologias para aumento da produtividade em cadeias relevantes para segurança alimentar;
- Tecnologias para adaptação ou mitigação dos efeitos das mudanças climáticas;
- Políticas públicas, fortalecimento institucional e de mercados e gestão do conhecimento e
- Tecnologias específicas para agricultores familiares e redução da pobreza.

Cooperação com Angola

A EMBRAPA executa desde o início de 2014 um projecto de fortalecimento da atuação de instituições públicas de pesquisa agrícola em Angola, em parceria com a FAO, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Instituto de Investigação Agronômica, o Instituto de Investigação Veterinária e a ABC.

O objetivo geral do projecto é ampliar a capacidade de pesquisa e inovação dos institutos e, dessa forma, contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura nacional de Angola. A iniciativa é parte do Programa Brasil-FAO de Cooperação Sul-Sul Triangular.

Projectos Pontuais

Projectos pontuais de apoio técnico ou de curta duração voltados principalmente para capacitação em agricultura tropical, remessa de material genético e validação de variedades e metodologias de pesquisas.

Capacitação

As ações de capacitação no âmbito da cooperação técnica internacional são normalmente articuladas em conjunto com a ABC, contemplando três módulos básicos: um introdutório sobre o Brasil ministrado pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil; uma visão geral sobre a agricultura brasileira, ministrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e, por fim, o módulo técnico, ministrado pela unidade da EMBRAPA responsável pela área temática. Há também cursos específicos, em cooperação com agências internacionais de cooperação.

Os projectos cofinanciados são iniciativas baseadas em interações cientista-cientista que utilizam recursos financeiros alternativos (de órgãos de fomento

nacionais ou internacionais). É um mecanismo de baixo para cima (*bottom-up*) que oferece uma fonte adicional de recursos para promover a interação entre pesquisadores da EMBRAPA e seus parceiros internacionais, com a finalidade de investigar tópicos de interesse comum.

Programa Chamadas Conjuntas

É um mecanismo que permite que a EMBRAPA e institutos de pesquisa parceiros possam trabalhar juntos por meio de propostas de pesquisa competitivas, integradas e colaborativas, apresentadas por pesquisadores de ambas as organizações, em tópicos de interesse comum. O projecto conjunto vencedor da chamada compartilha dados, recursos humanos (cientistas visitantes, pós-doutorandos e estudantes) e material biológico, mas os recursos financeiros são apenas para uso local. Este mecanismo oferece uma série de possibilidades de promover cooperações duradouras entre pesquisadores.

Agência Japonesa de Cooperação Internacional

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) está avançando suas atividades em torno dos pilares de uma abordagem orientada a campo, segurança humana e maior eficácia, eficiência e velocidade.

A JICA teve um importante papel no desenvolvimento agrícola do Cerrado Brasileiro e por isso pode ser um parceiro importante para Angola em apoio ao desenvolvimento agropecuário e florestal nas Savanas e outros biomas.

A JICA implementa cooperação internacional para países em desenvolvimento, como uma agência executora da ODA (Assistência Oficial ao Desenvolvimento) do Japão. De acordo com sua visão de "Liderar o mundo com

A JICA e o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado Brasileiro

O PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados), foi instituído em 1979. O programa foi constituído de cooperação financeira e cooperação técnica e teve como objetivo tornar a região dos Cerrados produtiva, aproveitando todo seu potencial.

Realizações do PRODECER
- *Criação da CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola) para prestar assistência técnica para os agricultores;*
- *Desenvolveu 345 mil hectares;*
- *Representou investimentos de US$ 684 milhões em forma de empréstimo;*
- *Capacitou técnicos brasileiros do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (EMBRAPA Cerrados) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.*

O PRODECER serviu como projecto piloto da agricultura do cerrado e como "base de desenvolvimento" da vasta fronteira agrícola, além de contribuir para o estabelecimento de técnicas, tanto de melhoria da produção no cerrado, como de agricultura sustentável.

Com base na experiência do PRODECER surgiu o ProSAVANA, um programa de cooperação triangular acordado entre Brasil, Japão e Moçambique. Visando adaptar o conhecimento e tecnologia adquirido nos cerrados, o ProSAVANA busca contribuir para o desenvolvimento agrícola da região norte de Moçambique.

JICA (SD)

laços de confiança", a JICA fornece suporte para resolver os problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento, fornecendo as ferramentas mais apropriadas através da combinação de várias formas de assistência.

A JICA utiliza uma série de esquemas de assistência ao desenvolvimento para atender às diversas necessidades dos países em desenvolvimento em todo o mundo.

O Processo Operacional de JICA para o Suministro de Assistência, JICA realiza um projecto eficaz e eficiente, baseado na política de assistência do Japão japonês, com base em uma perspectiva e amplitude que refletem os planos de assistência como a cooperação técnica, os prestadores de serviços ODA e a cooperação financeira não reembolsável. Em particular, a JICA realiza com prontidão a formulação e a execução de projectos por meio da realização de estudos preparatórios para investigar o conteúdo da assistência nos lugares em que ele realiza os projectos, antes de receber solicitações de assistência dos países com os que cooperam.

Empréstimos oficiais de assistência ao desenvolvimento

Há 3 formas principais para a cooperação técnica da JICA:

(i) **Cooperação Técnica** - A Cooperação Técnica apoia o desenvolvimento de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento, disseminação de tecnologia e o desenvolvimento de estruturas institucionais essenciais para o desenvolvimento de economias e sociedades no país destinatário.

(ii) **Projecto de Cooperação Técnica** - O Projecto de Cooperação Técnica refere-se a uma implementação sistemática e abrangente de projectos para alcançar determinados resultados dentro de certo período de tempo, no qual as contribuições incluem, mas não se limitam ao envio de membros das missões da JICA e / ou especialistas da JICA, aceitação dos participantes do treinamento e / ou fornecimento de equipamentos da JICA.

(iii) **Cooperação técnica para o planejamento do desenvolvimento** - Na Cooperação Técnica para o planejamento do desenvolvimento, a JICA realiza estudos necessários para apoiar o país destinatário a formular políticas e planos diretores, enviando membros das missões da JICA. Com base nos resultados dessa cooperação, espera-se que o país destinatário formular planos para o desenvolvimento setorial / regional ou reabilitação / reconstrução utilizando os resultados, implementar planos levantando fundos de organizações internacionais e outras e / ou realizar as reformas organizacionais / institucionais recomendadas e outras atividades propostas.

Empréstimos oficiais de assistência ao desenvolvimento:

(i) **Empréstimos para projectos -** Os empréstimos para projectos, que representam a maior parte dos empréstimos da ODA, financiam projectos como estradas, usinas, irrigação, instalações de abastecimento de água e esgoto. Os empréstimos são utilizados para a aquisição de instalações, equipamentos e serviços ou para a realização de obras civis e outras relacionadas.

(ii) **Empréstimos setoriais** - Os empréstimos do setor são para materiais e equipamentos, serviços e consultoria necessários para a implementação de planos de desenvolvimento em um setor específico que consiste em vários subprojectos. Esse tipo de empréstimo também leva a melhores políticas e sistemas no setor.

(iii) **Empréstimos para programa** - Os empréstimos para programa ajudam os países beneficiários que buscam melhorar as políticas e implementar reformas gerais do sistema. Os contratos de empréstimo são assinados e os fundos são fornecidos com base na confirmação de que itens de reforma foram alcançados pelo governo do país parceiro. Nos últimos anos, o tipo mais comum desses empréstimos é aquele em que os recursos são incorporados no orçamento do país parceiro-alvo. Existem muitos casos em que esses tipos de empréstimos assumem a forma de co-financiamento com o Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento.

Doações Oficiais de Assistência ao Desenvolvimento

Tipos de subsídios da ODA:

(i) **Subsídios do Projecto** - Este é um tipo de Subsídios da ODA em que o governo de um país parceiro celebra contratos com consultores ou contratados para construir instalações ou adquirir equipamentos e materiais. É usado principalmente para estabelecer fundações para necessidades humanas básicas ou para a construção de infraestruturas socioeconômicas.

(ii) **Subsídios Setoriais** - Esse é um tipo de subvenção da ODA em que vários subprojectos são implementados de maneira flexível sob um único programa da ODA *Grants*. Ao ajudar na restauração ou reconstrução de disputas ou desastres, são necessárias respostas rápidas e flexíveis a uma variedade de necessidades em rápida mudança. Portanto, esse tipo de subsídio da ODA foi aplicado a um projecto de apoio a refugiados sírios na Jordânia e a um projecto de restauração e reconstrução após desastres causados pelo tufão Yolanda que atingiu as Filipinas em novembro de 2013.

(iii) **Subsídios em associação com uma organização internacional** - Este é um tipo de Subsídios da ODA em que uma Troca de Notas e um Contrato de Subvenção são assinados com uma organização internacional para implementar um projecto para o governo de um país parceiro, ao mesmo tempo em que utiliza os conhecimentos especializados da organização internacional.

(iv) **Subvenções através do apoio orçamental** - Este é um tipo de Subsídios da ODA em que é fornecido apoio orçamentário a um país em desenvolvimento para fins como a promoção de uma estratégia de redução da pobreza que é um plano abrangente de desenvolvimento para o desenvolvimento socioeconômico do país. Existem três categorias nesse tipo: (1) suporte orçamentário geral, no qual objetivos e itens de despesa não são especificados; (2) apoio orçamentário a um setor em que fins e itens de despesa são limitados a um determinado setor; e (3) apoio orçamentário a um fundo comum no qual o apoio é concedido a uma conta especial aberta pelo governo de um país parceiro ou por uma agência de apoio.

(v) **Bolsas de estudos para desenvolvimento de recursos humanos** - Este é um tipo de Subsídios da ODA em que uma bolsa de estudos para pós-graduação no Japão é fornecida a jovens profissionais que trabalham principalmente para organizações públicas nos países parceiros. O objetivo da bolsa é fornecer conhecimentos na área necessária para o planejamento e implementação do desenvolvimento socioeconômico.

Cooperação para o desenvolvimento da África a partir da promoção de alianças públicas-privadas

Em agosto de 2011, foi realizada no Quênia a Sexta Conferência Internacional de Tóquio sobre Desenvolvimento Africano (TICAD VI). Pela primeira vez na África, esta conferência proporcionou uma oportunidade para reconfirmar iniciativas de desenvolvimento neste continente e aprofundar o entendimento mútuo entre o Japão e a África. Na conferência, foi aprovada a Declaração de Nairóbi, que estabelece as seguintes áreas como pilares prioritários a serem abordados: Transformação estrutural econômica através da diversificação da economia e industrialização; criação de sistemas de saúde resilientes para uma melhor qualidade de vida; promoção da estabilidade social para a prosperidade compartilhada. Para contribuir com as atividades da TICAD VI a serem executadas pelo governo japonês, conforme anunciado na Conferência, a JICA implementará iniciativas de cooperação que tragam benefícios e experiências semelhantes às alcançadas no Japão em cooperação com parceiros nacionais e estrangeiros e em aliança com empresas privadas

JICA em Angola

Desde o final da Guerra Civil Angolana em 2002, Angola está experimentando uma alta taxa de crescimento econômico ao exportar principalmente matérias-primas, como petróleo e diamantes. Angola está agora na fase de restauração e desenvolvimento da guerra civil, que durou 27 anos e destruiu grande parte das bases sociais e econômicas angolanas. Sendo um dos maiores produtores e exportadores de petróleo da região da África Subsaariana, Angola também tem potencial ilimitado para expandir ainda mais sua economia na agricultura, pesca e mineração. O governo pretende mudar sua economia de economia dependente de petróleo para não dependente de petróleo, investindo em tais indústrias. A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) coloca o desenvolvimento econômico (desenvolvimento de recursos humanos, construção de infraestrutura básica, agricultura), a estabilidade da paz e a segurança humana como suas principais prioridades na agenda e continua a trabalhar em Angola.[5]

A cooperação da JICA no desenvolvimento agrícola e rural visa garantir um suprimento estável de alimentos para as pessoas nas áreas rurais e urbanas e reduzir a pobreza nas comunidades rurais - impulsionando, assim, o desenvolvimento econômico nos níveis nacional e regional. Por meio dessas atividades, a JICA se esforça para contribuir para o alcance de metas e objetivos dos ODS.

Por esse motivo, a JICA estabeleceu os três objetivos específicos de cooperação a seguir.

(i) Produção Agrícola Sustentável;

(ii) Abastecimento estável de alimentos e

(iii) Promoção de comunidades rurais dinâmicas.

USAID

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento, mais conhecida como USAID, é um órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de oferecer colaboração à política externa, cooperando com outros países como o Angola.

A USAID está avançando na segurança alimentar global, ajudando famílias e indivíduos a atender sua necessidade de uma fonte confiável de alimentos de qualidade e recursos suficientes para produzi-los ou comprá-los. Isso, por sua vez, apoia a estabilidade e a prosperidade globais. Ao abordar as causas da

[5] https://www.jica.go.jp/angola/english/index.html

fome, a USAID está aumentando as oportunidades econômicas e o crescimento entre as comunidades vulneráveis.

O compromisso bipartidário contínuo do governo dos EUA de reduzir a fome, a desnutrição e a pobreza em todo o mundo.

Como parte desse esforço, a USAID está ampliando uma abordagem abrangente para combater a fome e fortalecer a segurança alimentar ao:

Liderando a iniciativa *Feed the Future* da América para fortalecer o crescimento, a nutrição e a resiliência liderados pela agricultura, em colaboração com várias agências e departamentos do governo dos EUA, o setor privado, a sociedade civil, pesquisadores e universidades e governos parceiros.

A *Feed the Future* investe em pesquisa e desenvolve inovações críticas para o futuro da agricultura nos países em desenvolvimento, bem como na América, por meio de uma rede de universidades dos EUA e centros de pesquisa internacionais e nacionais.

Sistemas Nacionais de Pesquisa Agrícola

Por meio da colaboração com a *Feed the Future* e outros membros da comunidade global de pesquisa, esses sistemas nacionais identificam desafios, desenvolvem inovações e pilotam e adaptam as tecnologias existentes para atender às demandas, restrições e oportunidades locais. A parceria deles é essencial para fortalecer a capacidade dos países parceiros de responder independentemente aos novos desafios de segurança alimentar no futuro.

O *Tropical Forest Conservation Act* (TFCA) é uma lei americana de 1998 que viabiliza a troca de parte da dívida de um país com os EUA por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas. O primeiro acordo bilateral TFCA foi assinado em 2001 em Belize, e até o momento a USAID contabiliza mais de USD 223 milhões destinados para 19 acordos com 14 países. https://www.usaid.gov/biodiversity/TFCA

Em 2015 o TFCA encerrou o apoio a 82 projectos. em 2016 iniciou o apoio a sete novos e, em 2018, a mais um. Destes, apenas um ainda está em andamento em 2019.

Angola não é atualmente um país parceiro nesta iniciativa, mas poderia explorar a possibilidade de ser, considerando as seguintes exigências.

A *Feed the Future* investe em países comprometidos com:

- ✓ Potencial para nossos programas estimularem o crescimento;
- ✓ Oportunidades de parceria;
- ✓ Oportunidades de eficiência regional;

- ✓ Compromisso do governo anfitrião e
- ✓ Disponibilidade de recursos.

Declaração anual do programa da USAID para biotecnologia agrícola

Em breve, a USAID abrirá um chamado para empresas, organizações não-governamentais, universidades e outros parceiros em todo o mundo compartilharem soluções de biotecnologia que enfrentam desafios agrícolas nos países em desenvolvimento. A USAID prevê fornecer até USD 70 milhões em financiamento para as melhores idéias para ajudar os pequenos agricultores a lidar com pragas, doenças, secas e solo empobrecido[6].

Outras iniciativas da USAID de interesse

- Portal Manejo e Desenvolvimento de Recursos Naturais Natural[7]
- Portal Conservação da Biodiversidade[8]
- Coleção de Parceiros da USAID: Agricultura[9],

Por último, o seguinte documento explica a estratégia de colaboração entre Angola e USAID até recentemente pode ser encontrado em USAID (2018).

Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID)

O Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) lidera o trabalho do Reino Unido para acabar com a pobreza extrema. Está enfrentando os desafios globais de nosso tempo, incluindo pobreza e doença, migração em massa, insegurança e conflito. Nosso trabalho está construindo um mundo mais seguro, saudável e mais próspero para as pessoas nos países em desenvolvimento e também no Reino Unido.

O Catalisador Agrotecnológico

Financiamento para projectos colaborativos, tendo idéias inovadoras de qualquer setor ou disciplina para enfrentar os desafios da agricultura.

Visão geral

[6] https://www.usaid.gov/news-information/press-releases/oct-16-2019-usaid-administrator-mark-green-announces-new-feed-future

[7] https://rmportal.net/

[8] https://rmportal.net/biodiversityconservation-gateway/about-the-gateway

[9] https://rmportal.net/projects/collections/partners-agriculture

O *Catalyst* oferece financiamento para projectos de pesquisa e desenvolvimento colaborativos do setor privado / acadêmicos, para oferecer inovação na agricultura e sistemas alimentares na África.

O que o fundo alcançará

O DFID tem como objetivo financiar um portfólio de projectos com potencial para acelerar o ritmo de desenvolvimento e a escala de adoção de inovações em sistemas agrícolas e alimentares que abordarão os desafios enfrentados pela agricultura e sistemas alimentares na África.

Agência Alemã de Cooperação Internacional - GIZ

Como prestadora de serviços no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável e o trabalho de educação internacional, a GIZ dedica-se a moldar um futuro que vale a pena ser vivido em todo o mundo. A GIZ tem mais de 50 anos de experiência em uma ampla variedade de áreas, incluindo desenvolvimento econômico e promoção de emprego, energia e meio ambiente, paz e segurança. A experiência diversificada da Agência está em demanda em todo o mundo - do governo alemão, instituições da União Europeia, Nações Unidas, setor privado e governos de outros países. Trabalhamos com empresas, atores da sociedade civil e instituições de pesquisa, promovendo uma interação bem-sucedida entre a política de desenvolvimento e outros campos e áreas de atuação da política. O principal comissionamento é o Ministério Federal Alemão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

As partes comissionadas e os parceiros de cooperação confiam no GIZ, e trabalham com eles para gerar idéias para mudanças políticas, sociais e econômicas, desenvolvê-las em planos concretos e implementá-las. Como somos uma empresa federal de benefício público, os valores alemães e europeus são fundamentais para o nosso trabalho. Juntamente com nossos parceiros nos governos nacionais em todo o mundo e parceiros de cooperação do mundo dos negócios, pesquisa e sociedade civil, trabalham com flexibilidade para oferecer soluções eficazes que ofereçam às pessoas melhores perspectivas e melhorem de forma sustentável suas condições de vida.

Fontes não-governamentais de financiamento

Fundação Bill & Melinda Gates

A Fundação Gates apoia programas que alcançam 45 países em todo o continente e, a partir de escritórios na África, concentra esforços nos 10 países em que acredita que pode ter o maior impacto. O objetivo é ajudar líderes e instituições locais a traçar seu próprio caminho para reduzir a pobreza e melhorar a saúde.

A África é um continente com recursos ricos e grandes desafios. Desde que fez as primeiras doações aqui, trabalha em estreita colaboração com governos, universidades, setor privado e sociedade civil para ajudar a avançar o progresso em todo o continente e compartilhar as idéias e tecnologias desenvolvidas na África em todo o mundo.

Concentra nos 10 países onde acredita que pode ter o maior impacto, e faz parcerias com organizações e indivíduos em 45 países. Apoia uma variedade de programas, desde o nível internacional até o local, que enfatizam a saúde e a nutrição; prevenção, tratamento e pesquisa de doenças; água, saneamento e higiene; agricultura; serviços financeiros para os pobres; e política e advocacia.

Também concentra esforços na parceria com o governo local e ONGs em vários outros países africanos para melhorar os cuidados de saúde, melhorar a produção agrícola, fortalecer serviços financeiros para os pobres e melhorar a saúde materno-infantil. Esses países incluem Burkina Faso, República Democrática do Congo, Gana, Quênia, Senegal, Tanzânia e Zâmbia.

Note que em 2009, Dr. Geraldo M. Callegaro, funcionário da FAO-Roma, apresentou uma nota conceitual de Projecto (Anexo 02) para revitalização da cadeia produtiva e de valor do milho, adiada por falta de financiamento. Entretanto, pode ser reconsiderada pela equipa multidisciplinar do futuro CID Milho, Feijão e Soja.

Outras fontes de financiamento

Conselhos de Pesquisa – investem bilhões por ano em pesquisas, que variam de ciências médicas e biológicas a astronomia, física, química, engenharia, ciências sociais, economia e artes e humanidades. O objetivo, a escala e o equilíbrio dos projectos financiados podem variar. Exemplos de Conselhos de Pesquisa incluem a Royal Society, Arts and Humanities Research Council, Natural Environment Research Council (NERC), Science and Technology Facilities Council (STFC). European Union (EU) – Horizon 2020.

Entidades Filantrópicas – são organizações não-governamentais sem fins lucrativos que utilizam ativos doados e renda para fornecer serviços sociais úteis. Seu principal objetivo é gerar conhecimento que beneficie o bem público. Exemplos de Entidades Filantrópicas incluem a Fonds der Chemischen Industrie, David & Lucile Packard Foundation, Ford Foundation, etc.

Órgãos Governamentais – Os governos destinam fundos próprios ou de agências governamentais para projectos que beneficiam o público através de processo de seleção para estudantes ou pesquisadores e até mesmo organizações. Exemplos de órgãos governamentais de apoio à pesquisa incluem o United States Department of Energy (DOE), Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology.

Agências Nacionais –A National Science Foundation (NSF) é uma agência nacional dos Estados Unidos. Pode-se citar também a National Natural Science Foundation of China, atualmente um dos maiores financiadores de pesquisa no mundo, em termos de produtividade.

Financiamento colaborativo – O *crowdfunding* tem se tornado cada dia mais popular como sistema de arrecadação de fundos. Quem estiver interessado em financiar uma ideia pode investir utilizando plataformas disponíveis na Internet. Os projectos devem atingir o valor desejado para que sejam realizados. Exemplos de plataformas de financiamento colaborativo incluem Experiment.com, SEEDs, Consano

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As principais conclusões deste relatório incluem:

(i) Os recursos oriundos do Orçamento Geral do Estado, em geral têm-se mostrado insuficientes para atender as reais demandas de investigações para superar problemas e responder a indagações dos agentes do sector produtivo da agropecuária e florestas. Isto porque por mais que se defina criteriosamente os custos dos projectos de investigações, sempre se deixará de fora os problemas produtivos causados pelas incertezas decorrentes das flutuações nas variáveis ambientais, degenerescências de variedades de culturas e de raças de animais, inclusive o surgimento de novas pragas e doenças que devem ser investigadas para manter os níveis de produção e produtividade do sector agrário. Por isso, o INIAP e os CIDs devem manter a cultura de mobilização de recursos adicionais aos do orçamento oficial da organização financiado pelo OGE.

(ii) A cultura da mobilização de recursos para a investigação infunde nos investigadores um senso de responsabilidade em termos de manter o alto nível de suas investigações para manter a confiabilidade dos utentes dos resultados da investigação que são basicamente os produtores e os consumidores dos produtos agropecuários e florestais, pela alta qualidade desses produtos.

(iii) Com base na análise dos Projectos de financiamento a Angola pelos organismos multilaterais como BM, BAfD e FIDA, há um montante superior a USD 20 milhões disponíveis para ser aplicado em investigação agropecuária, com a assistência do INIAP, sendo necessário somente a preparação de proposta de execução das atividades de investigação, de acordo com as especificações dos Projectos, em termos de linhas de investigações, Províncias beneficiadas e tipos de produtores que serão objetivo da atuação dos projectos. Neste sentido, as indicações obtidas pela missão de jun./ jul. 2019 apresentadas no Anexo 02 devem ser o ponto de partida para acessar tais recursos.

Tendo em conta as lições da Embrapa e do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária do Brasil, em mobilização de recursos para investigação, pode-se derivar as seguintes conclusões[10] com aplicação para países como Angola:

(i) O financiamento público para a pesquisa agropecuária no Brasil continuará fundamental para as próximas décadas. Fundamentados nos princípios da teoria econômica, as características de não apropriação, incerteza e indivisibilidade da pesquisa agropecuária tornariam os investimentos privados inferiores ao ótimo desejado, principalmente em uma economia em desenvolvimento (Pessôa & Bonelli, 1996). Se nos países desenvolvidos ainda é muito forte a presença do governo nas áreas de ciência e tecnologia agropecuária, com um setor privado estruturado e competitivo, a presença do Estado em países em desenvolvimento, como o Brasil, deverá ser maior, inclusive porque o setor agropecuário e o "agribusiness" são mais representativos.

(ii) As instituições públicas de pesquisa agropecuária continuarão a ter grande responsabilidade na execução e coordenação de atividades de investigação (Lele, 1996). A intensidade da ação pública depende da área de conhecimento e do tipo de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D a desenvolver. A ciência e tecnologia desenvolvida por instituições públicas deverá se concentrar em áreas estratégicas.

(iii) A presença marcante não diminui a responsabilidade das instituições públicas melhorarem sua eficiência e eficácia. Menos recursos humanos, principalmente de apoio, diminuição das estruturas burocráticas, automação de atividades de rotina, dispensa de funcionários não engajados na missão e objetivos da Empresa, são alguns exemplos de ações para melhorar a gerência das instituições públicas. Controles externos às instituições, do Governo e da sociedade, são instrumentos para quebrar o corporativismo e a proteção à ineficiência. A Embrapa, recentemente, criou um sistema de seleção pública para os chefes de suas unidades de pesquisa, onde a competência técnica e gerencial são pré-requisitos fundamentais para a escolha daqueles. Foi implantado, em 1996, um sistema de avaliação e de premiação por resultados de unidades de pesquisa, de equipas e de seus funcionários, com o objetivo de melhorar o desempenho institucional, de equipes e de indivíduos.

(iv) Com base na experiência recente e nas sinalizações das autoridades econômicas do Governo, é plausível desenhar um quadro em que progressivamente o custeio da pesquisa será de responsabilidade de

[10] Extraídas de Contini et al, 1997.

recursos extra orçamentais (Tesouro Nacional). O Governo garantirá o pagamento de pessoal e alguns investimentos básicos. Os recursos poderão vir de instituições governamentais, mas obtidos por meio de fundos competitivos, por projetos selecionados em concorrência pública. O sistema ganha em eficiência.

(v) A participação do setor privado na pesquisa agropecuária tenderá acrescer, principalmente em áreas com possibilidade de apropriação dos resultados. As recentes decisões do governo sobre a legislação de propriedade intelectual impulsionarão novas ações do setor privado. Mesmo assim, continuarão inexpressivas em relação ao total necessário para um desenvolvimento sustentado e equilibrado do setor rural, em particular, e do país como um todo. O Brasil investe ainda pouco em ciência e tecnologia agropecuária.

(vi) A grande oportunidade institucional para o futuro está nas parcerias entre os setores público e privado. E as maiores potencialidades para esse trabalho conjunto referem-se à infraestrutura física e capital humano, existentes nas instituições públicas de pesquisa. A Embrapa, as universidades e os institutos de pesquisa contam em seu corpo técnico com equipas multidisciplinares, que dificilmente seriam de interesse do setor privado mantê-las. Essas equipas possibilitam uma abordagem mais ampla do que a possível de ser executada por grupos de especialistas do setor privado, mais direcionados a aspectos específicos. Além de profissionais qualificados, as instituições públicas possuem ampla infraestrutura de pesquisa, como edificações, laboratórios e equipamentos especializados.

Com base nas análises deste relatório e os contatos realizados durante a missão de jun./jul. 2019, enumera-se as principais recomendações, nomeadamente:

(i) Fortalecer a cultura de mobilização de recursos públicos, privados e do terceiro sector, incluindo a realização de parcerias estratégicas, com vista a tornar sustentável institucionalmente o INIAP e seus Centros e Investigação e Desenvolvimento - CIDs. Neste sentido, recomenda-se que o primeiro Projecto de Cooperação Técnico a ser firmado seja com a Embrapa, para, dentre seus vários objetivos deve incluir a absorção da experiência histórica da Embrapa na mobilização de recursos para investigação e, inclusive, de como se dar visibilidade confiabilidade aos resultados das investigações para dar sustentabilidade ao INIAP e aos seus CIDs, para que continuem a contar com o apoio de fontes de financiamento, seja via OGE ou de outras fontes de financiamento, como indicadas neste relatório.

(ii) Preparação de três propostas preliminares de financiamento pelo BM e FIDA ao INIAP, tendo em conta os projetos MOSAP II, APPASA e PAD, para aprovação dos respectivos Comitês dos ditos projectos para execução pelos CIDs a partir de 2020.

(iii) Retomar contato com o BAfD para discutir proposta preliminar a ser preparada para se conseguir recursos para cooperação técnica no âmbito da investigação agrária.

(iv) Contactar encarregado da JICA para saber das oportunidades de cooperação técnica e eventuais investimentos em atividades de investigação para o desenvolvimento das cadeias produtivas de Angola.

(v) Acompanhar, a partir de janeiro de 2020 do andamento do TCP da UGIPRIA que foi submetido à FAO no segundo semestre de 2018. E tentar negociar um Projecto de Cooperação Técnica - TCP adicional para facilitar a implantação do CID Mandioca, Batata Doce e Amendoim; e do CID de Milho, Feijão e Soja.

Diante dessa situação somente resta verificar outras possibilidades de se mobilizar recursos, nomeadamente, via:

(i) Transferência de recursos de linhas orçamentárias do OGE – Anexo 03, alocados para organismos do Governo que realizam investigações de produtos, serviços e processos, que a partir de 2020 deverão ser transferidas para o domínio do INIAP;

(ii) Repasse ao INIAP de parte dos recursos oriundos de impostos sobre atividades que irão se beneficiar de tecnologias geradas e adaptadas no contexto dos Centros de Investigação e Desenvolvimento – CIDs de produtos, biomas e tópicos especiais, como por exemplo o CID Florestas e Savanas que proporcionarão tecnologias e inovações que permitirão aumento sustentado da competitividade das atividades florestais.

(iii) Criação de um imposto específico sobre importações de alimentos para viabilizar a redução e eventual eliminação de importação de alimentos para a sociedade angolana, por meio dos aumentos de produção e produtividade por efeito de inovações tecnológicas a serem adaptadas ou geradas pelos CIDs do INIAP.

(iv) Criação de um imposto único durante 10 anos sobre o valor total do OGE para financiar a “Iniciativa Petróleo Verde”, promovida pelo INIAP para financiar em ritmo acelerado a adaptação e geração de tecnologias e

inovações para o aumento substancial da produção e produtividade das atividades agropecuárias e florestais de Angola.

(v) Outra opção seria a recolha de um imposto sobre o valor das exportações de petróleo para apoiar a Iniciativa Petróleo Verde, representada pelo aumento da produção e produtividade das atividades agropecuárias e florestais de Angola, pelas acções de ID&I do INIAP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC (2020, Janeiro). Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Luanda, 11/06/80, Acessado em https://tinyurl.com/3jjyfdtw

Banco Africano de Desenvolvimento (2020, Janeiro). Sobre Nós. Acessado em www.afdb.org

Banco Africano de Desenvolvimento (2020, Janeiro). P-AO-AAZ-001. Acessado em https://tinyurl.com/2p92dymc

Banco Africano de Desenvolvimento (2019). Project Appraisal Report. Angola - Climate Change Integration in Environmental Management and Sustainable Land Use Project (ICE - SLM). Acessado em https://tinyurl.com/rtmzy2m7

Banco Mundial (2020, Janeiro). Quienes Somos. Actividades. Acessado em https://www.bancomundial.org/es/about/what-we-do

Banco Mundial (2020, Janeiro). Angola: Commercial Agriculture Development Project. Acessado em https://tinyurl.com/2p85vmpj

Banco Mundial (2020, Janeiro). O Banco Mundial em Angola. Acessado em https://www.worldbank.org/pt/country/angola

Banco Mundial (2020, Janeiro). Summary - Smallholder Agriculture Development and Commercialization Project. Acessado em https://tinyurl.com/mvzxfjm7

Comissão Europeia (Janeiro 2020). International Cooperation and Development. Angola. Acessado em https://ec.europa.eu/europeaid/countries/angola_pt

Contini, Elisio; Dias Ávila, António Flávio; e Reifshineider, Francisco. (1997). Perspectivas de financiamento da pesquisa agropecuária brasileira. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p.57-90.

DFID (2020, Janeiro). The Agri-Tech Catalyst. Acessado em https://tinyurl.com/mr4a4zex

FAO (2020, Janeiro). A FAO em Angola. Acessado em http://onuangola.org/agencias/fao/

FAO (2020, Janeiro). Angola and FAO Partnering for Sustainable Rural Development. Acessado em http://www.fao.org/3/ax749e/AX749E.pdf

Feed the future (2020, Janeiro). A Strategy to End Hunger. Acessado em https://www.feedthefuture.gov/

FIDA (2017). Informe del Presidente. Propuesta de préstamo y donación a la República de Angola para el Proyecto de Recuperación Agrícola. Acessado em https://tinyurl.com/2p8f9hth

FIDA (2017). Informe del Presidente. Propuesta de préstamo a la República de Angola para el Proyecto de Desarrollo y Comercialización de la Producción Agrícola em Pequeña Escala en las Provincias de Cuanza Sul y Huíla. Acessado em https://tinyurl.com/yckevm9t

FIDA (2018). República de Angola Programa sobre Oportunidades Estratégicas Nacionales 2019-2024. Acessado em https://tinyurl.com/jtn72rc6

Gates Foundation (2020, Janeiro). Our Work in Africa. Acessado em: https://www.gatesfoundation.org/Where-We-Work/Africa-Office

GEF (2020, Janeiro). GEF – Our Work. Acessado em http://www.thegef.org/topics/knowledge-learning

GEF (2020, Janeiro). GEF – Knowledge & Learning. Acessado em http://www.thegef.org/our-work

GEF (2020, Janeiro). GEF – Projects (in Angola). Acessado em https://tinyurl.com/22z4hb99

GEF (2020, Janeiro). GEF – Promoting Sustainable Energy Access for Rural Communities in South-Eastern Angola. Acessado em https://tinyurl.com/439bc32u

GEF (2020, Janeiro). GEF – Sustainable Land Management in Target Landscapes in Angola's Southwestern Region. Acessado em https://tinyurl.com/3a4ztanp

GEF (2020, Janeiro). GEF – Promotion of Sustainable Charcoal in Angola through a Value Chain Approach. Acessado em https://tinyurl.com/4fkw3ey5

GEF (2020, Janeiro). GEF – Land Rehabilitation and Rangelands Management in Small Holders Agropastoral Production Systems in Soutwestern Angola. Acessado em https://tinyurl.com/2wkwjr5f

GIZ (2020, Janeiro). About GIZ. Acessado em https://www.giz.de/en/html/about_giz.html

JICA (SD). PRODECER. Acessedo em https://tinyurl.com/yebm82tt

JICA (S/D). Perfil de la JICA. Tokio: JICA. Acessado em https://tinyurl.com/yckk5763

JICA (2016). Basic Principles for Technical Cooperation. Tokio: JICA. Acessado em https://tinyurl.com/yc3j2xc4

JICA (2013). JICA’s Position Paper on Agricultureand Rural Development. Tokio: JICA. Acessado em https://tinyurl.com/msn8hzyc

LELE, Uma. An International comparison of agricultural research policies. Paper apresentado em seminário em Brasília. Embrapa: 1996.

PESSÔA, E.G.S. & BONELLI, R. O Papel do Estado na Pesquisa Agrícola no Brasil. Paper apresentado em seminário em Brasília. Embrapa. 1996.

UGIPRIA. Relatório da Missão de jun./jul. 2019. Luanda. Jul. 2019. UGIPRIA/MINAGRIF. 19 pags.

USAID (2020, Janeiro). Where We Work – Africa – Angola. Acessado em https://www.usaid.gov/angola

USAID (2014). ANGOLA - COUNTRY DEVELOPMENT COOPERATION STRATEGY 2014-2019, N.P.: USAID. Acessado em https://tinyurl.com/yckjkbek

USAID (2020, Janeiro). Financing Forest Conservation: An Overview of the Tropical Forest Conservation Act. Acessado em https://www.usaid.gov/biodiversity/TFCA

ANEXOS

Anexo 1 - Orçamento Geral do Estado – OGE

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Exercício : 2019
Emissão : 23/10/2018
Página : 161

DOTAÇÃO ORÇAMENTAL POR ORGÃO

Órgão: Ministério Da Agricultura E Florestas

RECEITA POR NATUREZA ECONÓMICA

Natureza	Valor	%
Total Geral:	**537.628.276,00**	**100,00%**
Receitas Correntes	**537.628.276,00**	**100,00%**
Receita Tributária	**185.481.755,00**	**34,50%**
Receita Parafiscal	**185.481.755,00**	**34,50%**
Receitas Correntes Diversas	**352.146.521,00**	**65,50%**
Outras Receitas Correntes	352.146.521,00	65,50%

DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA

Natureza	Valor	%
Total Geral:	**57.380.524.230,00**	**100,00%**
Despesas Correntes	**44.679.787.801,00**	**77,87%**
Despesas Com O Pessoal	**4.870.114.764,00**	**8,49%**
Despesas Com O Pessoal Civil	**4.870.114.764,00**	**8,49%**
Contribuições Do Empregador	**407.114.002,00**	**0,71%**
Contribuições Do Empregador Para A Segurança Social	370.752.783,00	0,65%
Outras Contribuições Do Empregador	36.361.219,00	0,06%
Despesas Em Bens E Serviços	**39.010.837.434,00**	**67,99%**
Bens	**20.772.800.801,00**	**36,20%**
Serviços	**18.238.036.633,00**	**31,78%**
Subsídios E Transferências Correntes	**391.721.601,00**	**0,68%**
Transferências Correntes	**391.721.601,00**	**0,68%**
Despesas De Capital	**12.700.736.429,00**	**22,13%**
Investimentos	**12.700.736.429,00**	**22,13%**
Aquisição De Bens De Capital Fixo	**12.700.736.429,00**	**22,13%**

DESPESAS POR FUNÇÃO

Função	Valor	%
Total Geral:	**57.380.524.230,00**	**100,00%**
Serviços Públicos Gerais	**2.688.142,00**	**0,00%**
Órgãos Judiciais	2.688.142,00	0,00%
Assuntos Económicos	**57.377.836.088,00**	**100,00%**
Agricultura, Sivicultura, Pesca E Caça	**57.377.836.088,00**	**100,00%**
Agricultura	57.279.883.427,00	99,82%
Pesca E Caça	97.952.661,00	0,17%

DESPESAS POR PROGRAMA

Programa	Valor	%
Total Geral:	**57.380.524.230,00**	**100,00%**
Acções Correntes	8.897.332.081,00	15,51%
Capacitação Institucional E Valorização Dos Recursos Humanos Na Administração Pública	215.239.987,00	0,38%
Fomento Da Exploração E Gestão Sustentável De Recursos Florestais	331.071.447,00	0,58%
Fomento Da Produção Agrícola	18.479.024.447,00	32,20%
Fomento Da Produção Pecuária	15.591.567.352,00	27,17%
Melhoria Da Qualidade Do Ensino Superior E Desenvolvimento Da Investigação Cientifica E Tecnológica	1.073.861.588,00	1,87%
Programa De Construção E Reab.De Perímetros Irrigados	75.209.278,00	0,13%
Programa De Desenvolvimento Da Agricultura Comercial	11.362.943.532,00	19,80%
Programa De Desenvolvimento Da Agricultura Familiar	580.124.147,00	1,01%

Exercício : 2019
Emissão : 23/10/2018
Página : 162

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DOTAÇÃO ORÇAMENTAL POR ORGÃO

DESPESAS POR PROGRAMA

Programa	Valor	%
Programa De Fomento Da Actividade Produtiva Agrícola	774.150.371,00	1,35%

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO E DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Projecto / Actividade	Valor	%
Total Geral:	44.588.096.902,00	100,00%
Acções De Apoio Aos Programas Dirigidos De Aceleração Da Produção	384.054.710,00	0,86%
Acções De Fomento Da Produção Agropecuária	260.077.656,00	0,58%
Agricultura Familiar E Acesso Aos Mercados - Samap	1.799.057.433,00	4,03%
Agricultura Familiar Orientado Para O Mercado - Mosap	2.204.214.529,00	4,94%
Apoio Em Situações De Calamidades Naturais	809.732.000,00	1,82%
Apoio Financeiro As Associações De Utilidade Pública	385.000.000,00	0,86%
Aquisição De Equipamentos De Captação De Água	275.734.333,00	0,62%
Conservação Das Florestas	17.348.406,00	0,04%
Desenvolvimento Da Agricultura Familiar	934.109.297,00	2,09%
Desenvolvimento Da Cadeia De Valor Agrícola De Cabinda "Pdcvapc"	250.000.000,00	0,56%
Desenvolvimento Da Pecuária Do Planalto De Camabatela	112.791.747,00	0,25%
Desenvolvimento Da Pecuária Do Porto Amboim	93.357.156,00	0,21%
Extensão E Desenvolvimento Rural	3.333.569.409,00	7,48%
Financiamento Do Fomento Da Produção Do Café	300.000.000,00	0,67%
Fomento Da Produção De Aves	756.087.368,00	1,70%
Fomento Da Produção De Bovinos De Corte E Leite	3.554.226.248,00	7,97%
Fomento Da Produção De Pequenos Ruminantes	281.097.648,00	0,63%
Fomento Da Produção De Suínos	281.097.647,00	0,63%
Fomento De Pequenos Ruminantes, Aves De Capoeira E Suinos	2.179.613.801,00	4,89%
Fortal. Capac. Pesquisa E Inov. Da Iiª E Iv/Coop.Minagri/Fao/Embrapa	87.000,00 ← 100.000.000,00	0,22%
Fortalecimento Da Resiliência E Da Segurança Alimentar E Nutricional Em Angola	1.000.000.000,00	2,24%
Gestão Fundiária Agrária	92.238.482,00	0,21%
Inventário Florestal Nacional	73.367.383,00	0,16%
Operações E Manutenção Geral Dos Serviços	7.629.232.698,00	17,11%
Plano Nacional De Contigência E Emergência Contra Raiva	129.061.946,00	0,29%
Povoamento E Repoamento Florestal	129.241.288,00	0,29%
Preparação Mecanizada De Terras	893.042.956,00	2,00%
Prevenção E Controlo Da Peste Dos Pequenos Ruminantes	208.804.621,00	0,47%
Prevenção E Controlo Das Doenças Da Fauna Selvagem, Das Abelhas E Dos Animais Aquáticos	117.967.209,00	0,26%
Prevenção, Controlo E Erradicação Da Doença De Newcastle	165.694.184,00	0,37%
Prevenção, Controlo E Erradicação Da Febre Aftosa	155.855.425,00	0,35%
Prevenção, Controlo E Erradicação Da Gripe Das Aves (Ga)	103.491.114,00	0,23%
Prevenção, Controlo E Erradicação Da Mosca Tsé-Tsé E Tripanossomíases	690.345.536,00	1,55%
Prevenção, Controlo E Erradicação Da Peripneumonia Contagiosa Bovina	1.815.990.689,00	4,07%
Prevenção, Controlo E Erradicação Da Peste Suína Africana	154.174.153,00	0,35%
Prevenção, Controlo E Erradicação Da Raiva	3.215.707.621,00	7,21%
Prevenção, Controlo E Erradicação De Doenças No Planalto De Camabatela E De Porto Amboim	800.249.043,00	1,79%
Produtividade Agícula Para África - Appsa	100.000.000,00	0,22%
Programa De Fomento Do Mel	84.614.187,00	0,19%
Programa De Produção De Sementes	513.724.757,00	1,15%
Programa De Reforço Da Capacidade Institucional	215.239.987,00	0,48%
Programa De Vacinação Animal	582.922.099,00	1,31%

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Exercício : 2019
Emissão : 23/10/2018
Página : 163

disponibilização 2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTAL POR ORGÃO

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO E DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Projecto / Actividade	Valor	%
Projecto De Investigação E Experimentação Agronómica	331.094.275,00	0,74%
Projecto De Investigação E Experimentação Veterinária	311.124.767,00	0,70%
Promoção De Campanhas Agrícolas	2.114.721.014,00	4,74%
Recuperação E Desenvolvimento Do Sector Do Café E Palmar	2.311.755.939,00	5,18%
Reforço Da Fiscalização Florestal E Faunística	99.867.566,00	0,22%
Reforço Da Rede Agro-Meteorológica E Sistema De Alerta Rápido	103.130.439,00	0,23%
Reforço Das Estatísticas Agrícolas	228.512.107,00	0,51%
Registro, Indentificação E Rastreabilidade Animal	93.032.097,00	0,21%
Relançamento Da Cultura Do Algodão	1.812.723.932,00	4,07%

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Município / Projecto / Actividade	Total
Total Geral:	**12.792.427.328,00**
Ambaca	**2.000.000,00**
Plano De Desenvolvimento Da Camabatela/Minagri	2.000.000,00
Amboim	**97.952.661,00**
Reabilitação Da Estação De Investigação Do Café Da Gabela	97.952.661,00
Cabinda	**1.108.525.848,00**
Construção De Infraestruturas De Desenvolvimento Agropecuário_Cabinda	1.108.525.848,00
Estrutura Central	**7.569.738.062,00**
Projecto De Mecanização Agrícola (Aquisição)	490.370.860,00
Construção De Infra. Desen. Comer. Agric. De Peq. Agricultores ""Samap""	257.125.736,00
Construção Infra. Desenvolvimen. Das Cadeias De Valor Agrícola Cabinda	825.918.206,00
Construção Infraestruturas Pr Desenvolvimento Da Agricultura Comercial	294.519.165,00
Projecto De Agricultura Familiar Orientado Para O Mercado-Mosap Ii	146.928.992,00
Projectode Recuperação Da Agricultura E Resiliência Na Região Sul De Angola	176.069.419,00
Constru. De Infra-Estrut. Para Irrigaç. E Fornec. De Equipam. Quizenga	4.905.859.046,00
Construção E Implementação De Cinco Fazendas Para Engorda De Gado	100.000,00
Construção E Implementação De Um Projecto Agricola De Camacupa, Na Provincia Do Bié	100.000,00
Construção E Implementação De Um Projecto De Electrificação No Projecto Agricola Do Cubal	100.000,00
Construção E Implementação De Um Projecto De Electrificação No Projecto Agricola Do N'Zeto	100.000,00
Estudos Para Constituição De Brigadas De Vigilância Fitossanitária	200.000,00
Fornecim. E Instalação De Armazéns Frigoríficos Para Prod. Perecíveis	472.246.638,00
Reforço Da Resiliência Para Agricultura Familiar (Srep)	100.000,00
Huambo	**1.361.454.920,00**
Construção De Infraestruturas De Desenvolvimento Agropecuário_Huambo	1.361.454.920,00
Quibala	**1.004.420.221,00**
Construção Da Fazenda De Sementes Na Quibala	1.004.420.221,00
Samba Cajú	**774.150.371,00**
Desenvolvimento Agrícola Integrado De Samba Cajú	774.150.371,00
Vários Municípios -Bié	**2.000.000,00**
Campanhas Agrícola/Bié	2.000.000,00
Vários Municípios-Malanje	**71.209.278,00**
Construção Do Perímetro Irrigado De Capanda-1ª Fase - Lcc	71.209.278,00

Exercício : 2019
Emissão : 23/10/2018
Página : 164

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DOTAÇÃO ORÇAMENTAL POR ORGÃO

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Município / Projecto / Actividade	Total
Vários Municípios.Lunda Sul	800.975.967,00
Construção De Infraestruturas Desenvolvimento Agropecuário_Lunda Sul	800.975.967,00

DESPESAS DE NATUREZA POR UNIDADE ORÇAMENTAL

Unidade Orçamental / Natureza	Valor	%
Fundo De Desenvolvimento Do Café De Angola	368.541.400,00	100,00%
Despesas Correntes	332.446.975,00	90,21%
Despesas Com O Pessoal	23.675.423,00	6,42%
Contribuições Do Empregador	1.580.452,00	0,43%
Despesas Em Bens E Serviços	307.068.700,00	83,32%
Subsídios E Transferências Correntes	122.400,00	0,03%
Despesas De Capital	36.094.425,00	9,79%
Investimentos	36.094.425,00	9,79%
Unidade Orçamental / Natureza	**Valor**	**%**
Instituto De Desenvolvimento Agrário	830.087.011,00	100,00%
Despesas Correntes	830.087.011,00	100,00%
Despesas Com O Pessoal	690.143.122,00	83,14%
Contribuições Do Empregador	50.819.860,00	6,12%
Despesas Em Bens E Serviços	88.964.029,00	10,72%
Subsídios E Transferências Correntes	160.000,00	0,02%
Unidade Orçamental / Natureza	**Valor**	**%**
Instituto De Desenvolvimento Florestal	699.042.148,00	100,00%
Despesas Correntes	699.042.148,00	100,00%
Despesas Com O Pessoal	526.203.481,00	75,27%
Contribuições Do Empregador	36.361.219,00	5,20%
Despesas Em Bens E Serviços	136.458.247,00	19,52%
Subsídios E Transferências Correntes	19.201,00	0,00%
Unidade Orçamental / Natureza	**Valor**	**%**
Instituto De Investigação Agronómica	613.802.421,00	100,00%
Despesas Correntes	613.802.421,00	100,00%
Despesas Com O Pessoal	496.441.702,00	80,88%
Contribuições Do Empregador	49.529.559,00	8,07%
Despesas Em Bens E Serviços	66.831.160,00	10,89%
Subsídios E Transferências Correntes	1.000.000,00	0,16%
Unidade Orçamental / Natureza	**Valor**	**%**
Instituto De Investigação Veterinária	592.306.332,00	100,00%
Despesas Correntes	592.306.332,00	100,00%
Despesas Com O Pessoal	497.595.274,00	84,01%
Contribuições Do Empregador	22.879.898,00	3,86%
Despesas Em Bens E Serviços	66.831.160,00	11,28%
Subsídios E Transferências Correntes	5.000.000,00	0,84%
Unidade Orçamental / Natureza	**Valor**	**%**
Instituto Dos Serviços De Veterinária	718.720.363,00	100,00%



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Exercício : 2019
Emissão : 23/10/2018
Página : 165

DOTAÇÃO ORÇAMENTAL POR ORGÃO

DESPESAS DE NATUREZA POR UNIDADE ORÇAMENTAL

Unidade Orçamental / Natureza	Valor	%
Despesas Correntes	718.720.363,00	100,00%
Despesas Com O Pessoal	436.261.379,00	60,70%
Contribuições Do Empregador	45.419.386,00	6,32%
Despesas Em Bens E Serviços	236.999.598,00	32,98%
Subsídios E Transferências Correntes	40.000,00	0,01%
Unidade Orçamental / Natureza	**Valor**	**%**
Instituto Nacional Do Café	578.551.866,00	100,00%
Despesas Correntes	578.551.866,00	100,00%
Despesas Com O Pessoal	485.670.121,00	83,95%
Contribuições Do Empregador	28.319.467,00	4,89%
Despesas Em Bens E Serviços	64.562.278,00	11,16%
Unidade Orçamental / Natureza	**Valor**	**%**
Instituto Nacional Dos Cereais	402.339.851,00	100,00%
Despesas Correntes	402.339.851,00	100,00%
Despesas Com O Pessoal	310.685.248,00	77,22%
Contribuições Do Empregador	30.092.336,00	7,48%
Despesas Em Bens E Serviços	61.562.267,00	15,30%
Unidade Orçamental / Natureza	**Valor**	**%**
Ministério Da Agricultura E Florestas	52.577.132.838,00	100,00%
Despesas Correntes	39.912.490.834,00	75,91%
Despesas Com O Pessoal	1.403.439.014,00	2,67%
Contribuições Do Empregador	142.111.825,00	0,27%
Despesas Em Bens E Serviços	37.981.559.995,00	72,24%
Subsídios E Transferências Correntes	385.380.000,00	0,73%
Despesas De Capital	12.664.642.004,00	24,09%
Investimentos	12.664.642.004,00	24,09%

Anexo 2 – Proposta do Projecto. Fundação Bill e Melinda Gates

Project Concept Note

Improving Living Conditions of Small Farmers in Angola Through a Better Production, Processing, and Marketing of Maize[11]

I. Background and Rationale

Angola has a total area of 1.247 million sq. km and a population of around 15 million, is divided into 18 provinces and about 60 percent of its the population is rural and the remaining urban. The Angolan rural sector (agriculture, forestry and livestock) is the second-largest productive sector in the country, after oil. Although its contribution to GDP has fallen to around 8% over the years, its importance is clear from obvious economic potential and because of the percentage of population directly dependent on it, estimated at more than 60% of the total. Besides this, the majority of poorer people are to be found in the rural areas, which makes rural development essential, if food security and poverty-reduction plans are to be realized. More than 60 percent of rural population is concentrated in five provinces in the Central Plateau. Angola is one of the poorest countries in the world, ranking 164 among 175 countries, according to the Human Development Index of UNDP for 2003. Most of the poverty can be related to the consequences of a 28-year civil war that disrupted all economic activity, destroyed most of the infrastructure and displaced millions of people.

Around 90 percent of agricultural production in Angola comes from small-holder farmers who could be characterized as peasant farmers. Commercial agriculture is still incipient (less than 3 percent of total farmers) and takes place mostly in areas around and between the two main cities of Luanda and Benguela. Being of a peasant nature, most of Angolan agriculture is rain-fed. There are two main crop production systems in the country: one based on cassava, predominating in the Northern Region and in parts of the Central Region; the other one is based on three cereals – maize, sorghum and millet – covering most of the Central Region and part of the Southern Region. Of the three cereals, maize is by far the most important because it is the one cultivated by the majority of Angolan rural populations in those regions.

Almost 70 percent of maize production comes from the Central Plateau. Average yields have historically been around 1,000 kg/ha (two cropping seasons), which is low due to low-quality seeds, insufficient input supply (seeds, fertilizers, pesticides, tools), depleted soils, and lack of storage and marketing systems at the farm, village, and provincial levels. There is, however, potential for much higher yields: soils, although depleted of nutrients, have good physical structure and favorable topography; furthermore, rainfall tends to be

[11] Prepared by Geraldo M. Callegaro, in close collaboration with MINADER, EPUNGU, UNACA FAO (TCA, AGS, AGP, SDR in Headquarters and FAO Office in Luanda).

sufficient and well distributed, which makes peasant agriculture in the area much less risky than in the rest of Southern Africa.

Because of its importance as food crop (for both rural and urban populations) and cash crop, maize presents itself as an almost obvious choice for improving living conditions and food security for the majority of Angolan farmers of the Plateau. Maize is the crop with the highest potential for increasing production, productivity, and incomes. Given adequate support, maize could become the focus of a success story, around which a development process could take place, leading to improved living conditions, higher food security, strengthened local economies, and the empowerment of rural families.

A strategy such as this, based on maize improvement, would, in fact, be neither new nor original: two main in-depth studies conducted in Angola in the last few years actually point to it, but their recommendations are yet to be implemented. The first one is the proposal made in 2004 by a USAID-sponsored mission led by Professor John Mellor. The Mellor Mission report[12] focuses on maize as the main element for a rural development strategy. The second study is an Agricultural Sector Survey[13] conducted by the Ministry of Agriculture and Rural Development (MINADER) in 2003-2004, with support from the FAO, the World Bank and UNDP, that produced a set of documents detailing specific strategies for each agricultural sub-sector. Maize and other crops with market potential are recommended[14] as options.

This project will directly benefit small-holder maize producers in three provinces of the Central Plateau: Huambo, Bié, and Huila. Together, these three provinces have around 900,000 farming families, or 40 percent of the country's total. It would be the only project putting a strong emphasis on developing the value chain of the region's major crop: maize. In doing so, however, the project would not be an isolated effort. It will collaborate, complement and benefit from a number of actions already underway in the area, which include: a US-sponsored rural development project presently being carried out in Huambo Province; the European Commission is supporting the improvement of MINADER's extension services in three provinces of the region (Huila, Benguela, and Bié); MINADER is implementing its own agricultural extension project in the region. Furthermore, the country's agricultural research institution (IIA) is located in outskirts of the capital city of Huambo. The project will rely on the International Maize and Wheat Improvement Center (CIMMYT) and the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA [15]), as international partners for technical assistance. The Angolan Government and the World Bank are presently pursuing an extensive road rebuilding program, which includes rural feeder roads.

This project will help remove a number of constraints along the maize value chain, such as: lack of technological package for maize and the crop mix of the project area; weak farmers' organizations; very deficient storage facilities and marketing infrastructure;

[12] The Role of the Private Sector, Government, and Civil Society in Rural Development – Realizing Angola's Immense Potential, Abt Associates, Inc., 2004.
[13] Angola - Agricultural Sector Review (ASR), MINADER/FAO/WB/UNDP, Luanda, 2004.
[14] Crop Production Systems. Working Document #7, ASR, MINADER/FAO/WB/UNDP, 2004.
[15] Through the National Research Centre for Maize and Sorghum.

disorganized collection and trading of grains; and lack of proper legislation to foster commerce and development. Moreover, an enabling environment is a necessary condition for an effective and profitable value chain. The price and tax systems should be analysed carefully and recommendations may be needed to adapt/reorient the existing policies or to circumvent macro and sectoral policy constraints (i.e. exchange rate). And in five years, the project should benefit about 90,000 peasant families in the three provinces of the project area. Indirectly, the bulk of national maize consumers would benefit through increased maize supply and its derived products with higher quality and at a lower and stable market prices.

Food insecurity and rural poverty in the area stem directly from primitive agricultural practices based on the hoe, with little use of plows and animal traction, resulting in low yields. Harvests are not properly stored, with large post-harvest losses. Marketing systems and channels and infrastructures are extremely limited. Services such as applied research, extension, and credit are scarce or simply non existent. The national maize value chain (NMVC) lacks organization, integration and coordination. Therefore, the project's vision of success is described as follows:

> By developing the value chain of maize – the main food and cash crop of the majority of small farmers in the Central Plateau of Angola – through the establishment and improvement of efficient production and marketing systems, the project will succeed, at the end of five years, in directly benefiting 90,000 families of most efficient farmers (10 percent of total) in the Provinces of Huambo, Bié, and Huíla. After receiving the services to be provided and/or supported by the project, these farmers will increasingly become commercial farmers, with higher incomes and better living conditions. More importantly, these farmers will become disseminators of the new technologies, marketing systems, and farmers' organizations, by this way spreading the benefits of the project to the totality of small-holder farmers of the project area. Therefore, poverty and food insecurity will be reduced and maize market prices in rural and urban areas will be stabilized.

The steps to achieve this vision will include, in collaboration with national and international agencies: (a) to develop a set of technological packages for maize in the project area; (b) to prepare baseline information for project planning, monitoring, and evaluation; (c) to organize farmers in the three provinces to receive project services; (d) to organize/assist metal workshops in the project area to locally produce basic tools and storage equipment for farmers and traders; (e) to organize marketing services and channels, including construction of marketing infrastructure; (f) to provide support to targeted farmers, processors and traders to improve production, processing and marketing for maize in the project area; (g) to monitor project activities regarding the targets, objectives, products, and outcomes envisaged by the project, to allow for timing feedback and planning; and (h) to liaise with relevant public- and private-sector organizations related to rural development, maize production and marketing systems in the provinces of Huambo, Bié, and Huila, in order to establish a permanent working mechanism to facilitate project execution.

II. Project Objectives

The project's overall objective is to improve, in the course of five years, the production, processing and marketing capabilities of maize in the provinces of Huambo, Bié, and Huila. By focusing on improving the value chain of maize, the project aims at directly benefiting some 90,000 maize-producing small farmers, 120 rural traders, 15 local markets, and 15 metal workshops in the project area. These direct beneficiaries will receive new and better technologies, inputs, organization, incentives and services so that (a) the farmers may become integrated into commercial agriculture, with higher value to their production and increasingly higher levels of incomes and well being, while serving as propagators of the new methods; (b) the traders may contribute to the establishment of efficient marketing channels and systems in the three provinces; and (c) the local metal workshops, by producing basic tools and storage equipment for farmers, may foster the local non-farm economies.

The project's specific objectives are to:

(i) In collaboration with the Agricultural Research Institute (IIA) of Angola, CIMMYT and EMBRAPA, to develop technological packages for maize production destined to 90,000 leading small-holder farmers in the project area.

(ii) In collaboration with the Agrarian Development Institute (IDA) of MINADER, and other projects and organizations working in the project area, to train/retrain 300 extension people per year.

(iii) To organize farmers and distribute to them the new technological packages, inputs, tolls, and other extension services to be provided/supported by the project.

(iv) In the course of five years, to train some 120 rural traders (40 per province) and assist them to establish themselves, as part of establishing marketing services and channels at the wholesale and retail levels.

(v) Using the newly established traders, to promote the importation of fertilizers and other inputs for beneficiary farmers.

(vi) To provide 15 municipal and local markets (5 in each province) with the necessary infrastructure and equipment, including maize processing facilities.

(vii) To assist 15 metal workshops (5 in each province) to produce basic agricultural tools and grain storage equipment to be used at farm and village level.

(viii) At the institutional level, to increase efficiency and effectiveness of the maize chain value through the establishment the legal framework for maize certification, sanitary inspection, and quality standards.

(ix) To establish credit lines from project funds for maize production and marketing activities; credit will be provided through specialized organizations with experience in credit provision in the project area.

(x) To prepare, discuss and get approved a comprehensive national strategy, policy and a medium-term action plan for the development of the maize value chain.

A summary of activities, outputs and outcomes are presented on Appendix A.

III. Project Design and Implementation Plan

The design of the project will put emphasis on flexibility of execution, so that the project may respond quickly to absorptive capacities and rates of adoption**,** which are known to

be very limited in Angola, as a consequence of the disruption caused by the conflicts. This is deemed essential for an efficient and effective utilization of project funds (Budget in Appendix B). This means that, while the final project design will try to reach an accurate total figure, disbursements of project funds during execution must ideally be calibrated by actual needs of expenditures. Some of the latter will be straightforward, but others will depend on the above-mentioned absorptive capacities of partner institutions and organizations, as well as on the rates of adoption of project proposals by the direct beneficiaries in the selected provinces and indirectly, through the availability of information and data released to maize producers.

The present proposal is for a five-year project. Year one will be a foundation year, during which the project unit will be established; baseline information and data gathered, processed, analyzed, stored and disseminated; part of the equipment will be acquired; contacts with partner institutions will be made; and agreements will be signed. More importantly, activities aimed at organizing farmers and establishing marketing services will be pursued in the first year (details on footnote of Appendix A).
The Implementation Plan will be based on the following criteria: (a) at the institutional level, as much collaboration as possible with public and private institutions and civil society organizations, so as to benefit from synergies, integration, coordination and economies of scale in the NMVC; and (b) at the beneficiary level, in order to create immediate impact, the first farming communities to be assisted will be the ones closer to markets; as these start to operate more efficiently and marketing systems start functioning, the project will reach farmers located farther and farther away from market centers. The project will build up on success stories of efficient farmers, processors and traders to both create a "demonstration effect" and promote the new technology.

Expected Main Achievements:

(i) Year one: (a) Three technological packages for maize are prepared and tested during the next planting season; (b) Collect, process, analyze and disseminate key baseline information and data on maize value chain for the three selected provinces and for the country as a whole (data base constructed and disseminated); (c) Key constraints and opportunities for improvement of the maize value chain identified and addressed by the existing institutions; (d) Start producing grain storage equipment in 15 metal workshops in the project area (5 per province); with project support, thirty others (10 per province) created from Year Two to Five.

(ii) From Year Two to Five (a) at least 50% of peasant farming families in the project area will receive information on the maize technological package. Three technological packages for maize are totally or partially utilized by the farmers of the selected Provinces after Year Four of project implementation; (b) in collaboration with MINADER and organizations, the project supports the training of extension agents from Year two to Five; (c) the project signs agreements with MINADER and partner institutions related to rendering of research, extension and credit services to beneficiaries; (d) the project supports the establishment of 9 (3 per province) farmer's organizations during Year One; a minimum of 30 others (10 per province) are established from Year Two to Five; the project supports the establishment of 3 traders' organizations (1 per province) during Year

Two; (e) together with Provincial Governments, the project collaborates in the improvement of the public markets of the three capital cities (Huambo, Kuito, and Lubango) during Year Two. Twelve other local markets will be improved from Year Three to Five; (f) yields grew from 1,000 kg/ha in Year 1 to 2000 kg/ha at end of Year Five, in 50% of farmers assisted by the project; (g) at least 50% of farmers assisted by the projected benefited from improved extension, credit, processing and marketing services at end of Year 5; (h) average family income of direct project beneficiaries increased 20% in Year 1, and an average increase of 15% per year until Year Five; and (i) establish maize research networks with CIMMYTand EMBRAPA to adapt technology and provide training for researcher/extension staff and farmers (farm field schools).

The potential risks of this project are associated to: (a) instability in the flow of input supply due to poor road conditions, however, it is expected that the rail transportation facilities be fully recovered and operational, in the project area, by mid-2007; (b) weak technical capacity of potential national partners; (c) difficult communication in Portuguese and in sub-national languages; (d) lack of national expertise in new maize technologies to be adapted by the project; and (e) undesirable competition among partners of the project. Provisions to minimize these and other risks will be included in the project document. The world wide experience of FAO in working in similar difficulty situations will be a plus to minimize these risks.

IV. Monitoring and Evaluation

The novelty of some activities in the project area as well as the ‘flexible execution’ modality proposed in this project will call for a continuous monitoring and evaluation, so as to guarantee a smooth execution of activities and facilitate their forward planning. Regular evaluation exercises will verify the level of achievements of project objectives and improvement of beneficiaries well being. During Year One, base line information will be collected so that levels of advancements may be verified periodically. Sets of indicators will be defined for monitoring and evaluation exercises. The monitoring and evaluation methodologies to be utilized by the project will be provided by FAO.

Main indicators will refer, among other aspects, to yields of maize and other key related crops; food security situation at household level; level of organization of farmers for both production and marketing; availability of, and proximity to markets; use of marketing services; level of organization of traders; availability and use of inputs, especially of seeds, fertilizers and pesticides; levels of family income; availability and use of social services (health, education) and institutional development of NMVC, in terms of organization, integration and coordination.

V. Organization Capacity and Management Plan[16]

FAO has a long experience in Africa as a whole and in southern Africa in particular. It has been a major Government partner since long ago, with strong involvement in the

[16] For additional details on this section see Appendix C.

country's transition from emergency to development. This project will benefit local support provided by the Representation in Angola, and technical expertise of technical divisions in Headquarters and its Regional and Sub-Regional Offices for Africa. The project implementation team will rely on technical and operational support from FAO technical divisions, in close collaboration with specialized national and international institutions, as indicated earlier. It will create national capacities to ensure the sustainability of project results as part of a successful exit strategy.

Under FAO procedures, the project Budget Holder is the FAO Representative. The project manager is the Chief Technical Advisor (CTA), who will be an experienced professional, with extensive experience in Angola and fluent in Portuguese. The project will have a Steering Committee with representatives from the donor institution, the FAO, and a 'national counterpart institution', in this case, MINADER. Regular reports (semester) will be sent to the Foundation as well as the results of the periodical evaluations.

Appendix A – Objectives, Activities, Outputs and Outcomes

Vision of Success:	By developing the value chain of maize – the main food and cash crop of the majority of small farmers in the Central Plateau of Angola – through the establishment and improvement of efficient production and marketing systems, the project will succeed, at the end of five years, in directly benefiting 90,000 families of most efficient farmers (10 percent of total) in the Provinces of Huambo, Bié, and Huíla. After receiving the services to be provided and/or supported by the project, these farmers will increasingly become commercial farmers, with higher incomes and better living conditions. More importantly, these farmers will become disseminators of the new technologies, marketing systems, and farmers' organizations, by this way spreading the benefits of the project to the totality of small-holder farmers of the project area. Therefore, poverty and food insecurity trap will be reduced and stable supply of maize to the urban areas will reduce and stabilize the market price of maize in rural and the urban areas.	
Project Objective 1:	In collaboration with the Agricultural Research Institute (IIA) of Angola, CIMMYT and EMBRAPA, to develop technological packages for maize production destined to 90,000 leading small-holder farmers in the project area.	
Activities	**Outputs**	**Outcomes (Short- and Long-Term)**
a. Promote and support the development of the National maize value chain (NMVC) by means of its organization, integration and coordination of it agents:		
1. Organize and implement the first national meeting of the NMVC.	1. Agreement on key medium-term priority actions to promote the organization, integration and coordination of NMVC.	1. Increased organization, integration and coordination of the NMVC, with perceived economic benefits to their agents.
2. Construct an information and data base (IDB) on key aspects of the NMVC.	2. IDB constructed, operational and disseminated to all NMVC stakeholders and civil society in general.	2. Decisions of agents of NMVC improved with their income increased.

3. Construct a homepage to disseminate information on NMVC. b. Promote and support the adaptation and dissemination of technologies to small holders:	3. Homepage constructed and operational to the public.	3. Stock of knowledge, productivity, and income of agents of NMCV increased.
1. Prepare three technological packages (TPs) for the selected provinces in collaboration research and extension institutions [17] and civil society organizations (CSO), by means of workshops, including one expert consultation.	1. Technological packages prepared accordingly.	1. Experience gained in preparing technological packages and awareness created on traditional and alternative technologies available for the NMVC.
2. Test three TPs at farm level, in the three selected provinces, during the next planting season[18].	2. Field results of the three TPs analyzed and conclusions and	2. Productions, yields and incomes increased.

[17] The technological packages for maize will be designed with the collaboration of IIA, IDA and the National Institute for Cereals (INCER) and foreign institutions such as EMBRAPA and CIMMYT.

[18] During Year One, the first group of beneficiaries will be identified; production, logistic, storage, processing and marketing aspects mapped and a specific plan

to work with them will be designed. Production of storage facilities, seeds, fertilizers and other inputs and its distribution will start. Year Two will see the maize

technological packages tested on the field, both under “ideal” conditions at experimental stations and on selected sites at farm level in different locations of the

project area. Training for extension agents and other personnel will take place. A detailed work plan for the other three years will be prepared accordingly.

3. Organize and implement field visits to the TPs tested area. 4. Provide support to selected farmers in the project area to adopt new technologies with technical assistance provided by the project. 5. Organize and implement an annual field day on NMVC, to show technological progress achieved by the project. 6. Organize and prepare a series of publications on adaptation and dissemination of technologies to maize small holders (ADTSH). 7. Organize and implement a national network (NN) of the NMVC agents. c. Promote and support the production and dissemination of tools, small machinery	lessons learned prepared and disseminated. 3. Field visits implemented, evaluations prepared and lessons learned on the tested TPs documented and disseminated. 4. Support provided and results analyzed and disseminated. 5. Annual NMVC field day organized, implemented, evaluated and results disseminated. 6. Series of publications organized and published on ADTSH. 7. NN organized and implemented and evaluation and lessons learned documented and disseminated.	3. Performances of the TPs and the memory of the field visits became part of the culture of the participants and used to increase their efficiencies and incomes. 4. Stock of knowledge of farmers increased leading to increase their production, yields, and incomes. 5. Memory of the annual field day became part of the culture of the participants with positive effects on their incomes. 6. Increased knowledge, efficiency and income of NMVC's agents. 7. Increased knowledge, efficiency and income of NMVC's agents.

Years Three, Four, and Five will see project activities benefiting as many small farmers as possible, while the marketing systems and services for organizing and

integrating producers/other agents of NMVC (contracting out farming with flour and feed companies) are consolidated. Demand-driven training activities proceed.

and maize storage equipment to be used at farm and village levels 1. Organize and implement a National Workshop (NW) on production and distribution of tools, small machinery and maize storage equipment to be used at farm and village levels. 2. Implement the resulting action plan of the NW. d. Promote and support provision of research and technical assistance to farmers in the selected three provinces and nationwide through project home page and extension mechanisms. Organize and implement an efficient and effective research and extension service for NMVC, in partnership with public and private sector organizations (CSO).	1. Workshop organized, implemented and results and recommendations documented and an action plan prepared for the life of the project. 2. Action plan implemented until the end of the project and results and lessons learned documented and disseminated. Technologies available to be used by farmers. 1. Research and extension services organized and implemented accordingly.	1. Experiences of the Workshop and lessons learned used by the participants to improve their activities and incomes. 2. Increased technology, productions, yields and the incomes of the agents of the NMVC. 1. Increased productivity, productions and incomes of the NMVC's agents.
Project Objective 2:	Promote and support the strengthening of marketing infra-structure and services: (a) wholesale and retail markets; network of storage facilities at central and decentralized levels; maize processing facilities; and (b) research, extension and training in agricultural marketing.	

Activities	Outputs	Outcomes (Short- and Long-Term)
1 Promote and support the strengthening of: wholesale and retail markets; networks of storage facilities at central and decentralized levels and maize processing facilities. 2 Promote and support research, extension and training in agricultural marketing.	1. Wholesale and retail markets; networks of storage facilities at central and decentralized levels; and maize processing facilities strengthened. 2. Research, extension and training in marketing for NMVC provided, evaluated and the results disseminated.	1. Efficiency and effectiveness of the NMVC increased with increase in the incomes of the agents of NMVC. 2. Increase in production and yields with correspondent increase in the incomes of agents of NMVC.

Project Objective 3:	Promote and support institutional and capacity development to increase efficiency and effectiveness of the National Maize Value Chain (NMVC) and allow increased access of maize products to national and world markets, through: (a) the establishment of the legal framework for maize certification, sanitary inspection, quality standards and the terms for contracting maize production, processing and marketing; (b) the preparation of the proposal for creating specific credit lines for the NMVC activities (producers, processors and traders); (c) strengthening the existing farmers organizations at national and provincial levels; and (d) preparation of the national strategy, policy and the medium-term action plan for the NMVC.

Activities	Outputs	Outcomes (Short- and Long-Term)
1. Promote the establishment of a legal framework for maize certification, sanitary inspection, quality standards and the terms for contracting maize production, processing and marketing. 2. Promote the establishment specific credit lines for the NMVC activities	1. Legal framework prepared in close collaboration with NMVC and discussed with Government for approval. 2. Proposal for credit lines prepared in close collaboration with NMVC,	1. Increased competitiveness of NMVC and incomes for the agents of the chain. 2. Increased investment and incomes of agents of the NMVC.

(producers, processors, traders, and others). 3. Support farmers organization at national (EPUNGU and UNACA) and at provincial levels (to be organized). 4. Promote and support the preparation of a national strategy, policy and the medium-term action plan for the NMVC.	discussed with Government for approval. 3. Institutional analysis of organizations prepared, reforms implemented, capacity provided, evaluation of the support prepared and disseminated. Network with national and international institutions for capacity development established (training, research, extension, credit). 4. National strategy, policy and medium-term action plan prepared and support to its implementation provided**.**	3. Increased role and participation of CSO in policy decisions to improve NMVC and incomes of its agents. 4. Increased allocation of resources for NMVC activities by the public, private and civil society organizations.

APPENDIX B

Angola - Maize Value Chain Project - 2007-2011 (a)

(US$ 1,000)

	Year 1	Year 2	Year 3	Year 4	Year 5	Total
Formulation mission:						
Project preparation missioin and desk work (b)	30					30
(2 experts/2 weeks in Angola)						
Professional Salaries:						
CTA - P5 (US$15,000/m) 6 months/year	90	90	90	90	90	450
Expert in Maize Value Chain P-4 ($10,000/m)	108		120		120	348
Other personnel costs:						
Salaries General Services ($3,000/m)	36	36	36	36	36	180
International Consultants	45	45	30	30	10	160
Locally Contracted Experts	12	12	12	12	12	60
Other costs:						
Travel	20	10	10	10	10	60
Training, Meetings, Communications	60	60	45	15		180
Expendable Procurement (US$500/M)	6	6	6	6	6	30
Non Expendable Procurement						
Project Unit equipment	40	10	10			60
Maize production equipment	40	30	30	20	20	140
Maize marketing equipment		150	150	150		450
Town markets equipment		150	150	150		450
Input costs (farmers control group)	250	250	250	250	250	1,250
Superviser/Technical Support Serv. FAO - HQ	15	15	15	15	16	76
Support Costs (Overhead 13%)						506
Total						4,430

Note:

(a) The project team will have a 2 international staff (Team Leader and expert in NMVC), 3 national experts, 2 general support staff and; short-term national and international staff to provide assistance on technical, institutional and policy issues; FAO will provide periodical specialized assistance through its technical divisions - Policy Assistance (TCA), Agricultural Support Systems (AGS), Plant Production and Protection (AGS) and Research, Extension and Training (SDR).

(b) The funds for the implementation of this mission should be transferred to FAO, after the approval of this proposal. The costs include perdiems, air tickets, in-country travel, data collection, processing and desk work for project preparation.

Appendix 3.

Additional Information

Organizational Capacity and Management Plan

The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) leads international efforts to defeat hunger. FAO helps developing countries and countries in transition modernize and improve agriculture, forestry and fisheries practices and ensure good nutrition for all. Since 1945, FAO has focused special attention on developing rural areas, home to 70 percent of the world's poor and hungry people. FAO's activities are in four main areas: putting information within reach, sharing policy expertise, providing a meeting place for all nations, and bringing knowledge to the field.

FAO is governed by the Conference of Member Nations, which meets every two years to review the work carried out by the Organization and approve a Programme of Work and Budget for the next biennium. The Conference elects a Council of 49 Member Nations to act as an interim governing body on three-year, rotating terms. The Conference also elects a Director-General to head the agency.

FAO is composed of eight departments with more than 3700 staff members - 1500 professional and 2200 general service staff - and maintains five regional offices, five sub-regional offices, five liaison offices and 74 fully-fledged country offices, in addition to its headquarters in Rome. FAO's Regular Programme budget is funded by its members, through contributions set at the FAO Conference. The budget for 2006-2007 is US$ 765.7 million, and covers core technical work, cooperation and partnerships

For value chain approaches, the FAO Agricultural Support Systems Division leads a programme of strengthening farm-agribusiness linkages. This initiative concentrates on how to develop and reinforce equitable and efficient linkages between all players along the food value chain. The main output is to create an awareness of the importance of farm-agribusiness linkages and finally to develop guidelines for policy makers and planners on how to formulate strategic programmes and overall strategies that would assist in building and maintaining successful farm-agribusiness linkage programmes.